



Anais da Assembléia

N. 100

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Ferrari Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adnail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer, e Wilson Fortes (56). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa e Tuguio Setogutte (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 173/85

Curitiba, 16 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

Segundo o preceito contido no art. 59, da Constituição Estadual, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional n. 23, de 20 de novembro de 1984, a "Procuradoria Geral do Estado, como órgão auxiliar do Governador, representa o Estado, judicial e extrajudicialmente e exerce as funções de Consultoria Jurídica ao Poder Executivo, inclusive suas Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista".

É evidente que a Procuradoria Geral do Estado, para desincumbir-se plenamente das atribuições que a Constituição lhe confere deverá ter uma estrutura orgânica compatível com o nível de complexidade e responsabilidade das importantes funções que exerce, além de contar com estatuto próprio estabelecendo o regime jurídico de seus integrantes.

Por outro lado, o art. 26, parágrafo único, da Constituição Estadual, ao estabelecer as matérias para cuja definição exige-se lei complementar, inclui o "Estatuto da Procuradoria Geral do Estado", fato este que, em si mesmo, ressalta o alto significado da medida ora proposta.

Vale salientar que em razão dos interesses da Administração e com respaldo nos preceitos constitucionais mencionados, foram realizados criteriosos estudos, cujos resultados estão consubstanciados no anexo anteprojeto de lei complementar. Se aprovados por essa Augusta Casa e transformados em lei virão, por certo, dotar a Procuradoria Geral do Estado, de uma instrumentação legal capaz de atender suas reais necessidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 241/85

ESTATUTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

TÍTULO I

DA COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º - À Procuradoria Geral do Estado, no exercício das atribuições constitucionais, que lhe são inerentes, compete:

I - a representação judicial e extrajudicial do Estado do Paraná;

II - o exercício das funções de consultoria jurídica da Administração direta e indireta do Poder Executivo do Estado;

III - a cobrança judicial da dívida

ativa do Estado.

§ 1.º - As atividades jurídicas da Administração Pública Estadual serão organizadas em sistema, sob a direção e por proposta da Procuradoria Geral do Estado, mediante decreto.

§ 2.º - Os Órgãos do Estado que emitirem parecer divergente do proferido pela Procuradoria Geral do Estado, providenciarão o necessário reexame da matéria, pela Procuradoria Geral do Estado, com a indicação das causas e divergências.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2.º - A estrutura organizacional básica da Procuradoria Geral do Estado compreende:

I - Nível de Direção Superior;

a) - Procurador Geral do Estado;

b) - Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado;

c) - Corregedor da Procuradoria Geral do Estado.

II - Nível de Assessoramento:

a) Gabinete do Procurador Geral do Estado.

III - Nível Instrumental:

a) Diretor Administrativo

a.1) - Divisão de Cálculo, Avaliação e Processamento de Dados;

a.2) - Divisão de Pesquisa e Divulgação jurídica;

a.3) - Grupo Administrativo Setorial;

a.4) - Grupo de Planejamento Setorial;

a.5) - Grupo Financeiro Setorial;

a.6) - Grupo de Recursos Humanos Setorial.

IV - Nível de Execuções Programática:

a) - Coordenadoria de Recursos;

b) - Procuradoria Administrativa;

c) - Procuradoria Fiscal;

d) - Procuradoria do Patrimônio;

e) - Procuradoria Trabalhista Previdenciária;

f) - Procuradoria Forense;

g) - Representação Judicial em Brasília.

V - Nível de Execução Regional:

a) - Subprocuradorias Regionais.

§ 1.º - A Procuradoria Geral do Estado manterá um Escritório de Estagiários, cujos integrantes, necessariamente estudantes de Direito, prestarão serviços às diversas unidades da Instituição.

§ 2.º - A representação gráfica desta estrutura é apresentada em organograma anexo a este estatuto.

Art. 3.º - O detalhamento da estrutura organizacional básica aprovada por esta Lei Complementar será fixado através do Regimento Interno, baixado pelo Procurador Geral do Estado, ouvida a Secretaria de Estado do Planejamento.

TÍTULO II

DO CAMPO FUNCIONAL DAS UNIDADES INTEGRANTES

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

CAPÍTULO I

AO NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR

SEÇÃO I

DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

Art. 4.º - A Procuradoria Geral do Estado será dirigida por um procurador Geral, nomeado em comissão, pelo Governador do Estado, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo Único - O Procurador Geral do Estado tomará posse perante o Governador do Estado e será substituído em seus impedimentos e ausências por integrante da classe mais elevada da carreira, por ele designado.

Art. 5.º - Compete ao Procurador Geral do Estado:

I - dirigir a Procuradoria Geral do Estado.

II - defender o Estado do Paraná em qualquer juízo ou instância nas causas em que o mesmo for réu, assistente, oponente ou de qualquer forma interessado;

III - receber citações, intimações e notificações nas ações propostas contra o Estado do Paraná;

IV - desistir, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, confessar, receber e dar quitação, mediante prévia autorização do Governador do Estado;

V - avocar a defesa do interesse do Estado em qualquer ação e processo judicial ou administrativo, inclusive da Administração Pública indireta, bem como atribuí-la a Procurador designado;

VI - contratar, quando for o caso, serviços eventuais de profissionais de notória especialização, inclusive para elaboração de estudos ou pareceres relacionados com a matéria em discussão, mediante autorização do Governador do Estado;

VII - indicar nomes de integrantes da carreira para presidirem ou integrarem comissões de processos administrativos e sindicâncias de interesse da Administração Pública;

VIII - propor ao Governador do Estado a declaração de nulidade ou revogação de atos da Administração Pública direta e indireta;

IX - encaminhar, ao Procurador Geral da República e ao Procurador Geral de Justiça do Estado, proposta de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais;

X - instaurar sindicâncias e processos administrativos, objetivando apurar irregularidades nos serviços da Procuradoria Geral do Estado, bem como aplicar penas disciplinares aos servidores, salvo a de demissão;

XI - exercer as funções de Presidente

do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado;

XII - propor ao Governador do Estado a nomeação dos membros do Conselho Superior e seus suplentes, e do Corregedor;

XIII - designar os titulares das unidades integrantes da estrutura organizacional da Procuradoria Geral do Estado;

XIV - dar posse aos Procuradores Chefes, aos integrantes da carreira de Procurador, aos nomeados para cargos em comissão, por ele indicados, e aos demais servidores da Procuradoria Geral do Estado;

XV - conceder férias, licenças e salário-família aos integrantes da carreira de Procurador;

XVI - aprovar pareceres emitidos por integrantes da carreira, submetendo-os à apreciação do Governador do Estado, para efeito de homologação, quando normativos;

XVII - baixar resoluções e expedir portarias disciplinando as atividades das unidades da Procuradoria Geral do Estado;

XVIII - dirimir conflitos de atribuições entre Procuradorias ou entre estas e as Subprocuradorias Regionais;

XIX - encaminhar ao Governador do Estado as listas de classificação nos concursos do ingresso na carreira de Procurador do Estado, as de promoção e a do art. 6.º, § 1.º desta lei;

XX - manifestar-se sobre o afastamento de integrantes da carreira e de servidores, salvo nos casos de nomeação para cargo em comissão;

XXI - organizar escalas de substituições nos órgãos da Procuradoria Geral do Estado;

XXII - despachar o expediente da Procuradoria Geral do Estado com o Governador do Estado;

XXIII - encaminhar ao Governador do Estado, até o dia 31 de janeiro, relatório anual das atividades da Procuradoria Geral do Estado no ano anterior, sugerindo medidas legislativas e providências adequadas ao seu aperfeiçoamento;

XXIV - requisitar com prioridade, dos órgãos da Administração Pública direta e indireta, documentos, diligências e esclarecimentos necessários à defesa dos interesses do Estado;

XXV - fixar área de atuação de cada Subprocuradoria Regional, indicando as comarcas nela compreendidas;

XXVI - aprovar o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado;

XXVII - promover a abertura de concursos para provimento de cargos de carreira de Procurador do Estado e dos servidores da Procuradoria.

XXVIII - propor as medidas necessárias à uniformização da jurisprudência administrativa e à organização das respectivas súmulas, fazendo publicar anualmente emen-

tário de pareceres;

XXIX - indicar representante da Procuradoria Geral do Estado para integrar comissões, órgãos de deliberação coletiva e realizar trabalhos especializados fora da repartição;

XXX - delegar atribuições aos integrantes da carreira;

XXXI - conceder autorização aos integrantes da carreira e servidores da Procuradoria Geral do Estado para se ausentarem do Estado, a serviço, dentro do Território Nacional, até (60) dias;

XXXII - exercer outras atribuições necessárias ao desempenho do seu cargo.

Parágrafo Único - Por necessidade e no interesse do serviço, poderá o Procurador Geral do Estado cassar as férias ou licença especial de qualquer integrante da carreira de Procurador, para gozo em época oportuna.

SEÇÃO II

DO CONSELHO SUPERIOR DA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

Art. 6.º - O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado compor-se-á de 4 (quatro) membros, integrantes da classe mais elevada da carreira de procurador e pelo Procurador Geral do Estado que será o seu Presidente.

§ 1.º - Os membros do Conselho Superior e respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado mediante indicação do Procurador Geral do Estado, para um mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução no período subsequente.

§ 2.º - Os suplentes substituirão os membros do Conselho Superior em suas férias ou impedimentos, completando o mandato em caso de vacância.

§ 3.º - Não se aplica ao suplente a vedação do § 1.º, salvo se houver substituído o titular em caráter permanente, por prazo superior a 12 (doze) meses.

§ 4.º - O Conselho Superior contará com um Secretário Executivo, que será escolhido dentre um de seus membros.

Art. 7.º - Ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado compete:

I - exercer o poder disciplinar relativamente aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, apreciando transgressões e aplicando as penas cabíveis em cada caso, exceto a de demissão;

II - organizar, realizar e julgar os concursos para ingresso na carreira de Procurador, bem como selecionar candidatos a remoção e a promoção;

III - organizar quadros de antiguidade e listas de merecimento para promoção e remoção na carreira de Procurador, fazendo as respectivas indicações;

IV - elaborar a lista tríplice a que se refere o art. 45 desta Lei;

V - processar e julgar reclamações sobre classificação ou exclusão das listas

de concurso para ingresso, remoção ou promoção na carreira de Procurador;

VI - proceder, em caráter permanente, ao controle da aferição de merecimento dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, para efeito de promoção, remoção e outros direitos, assim como dos requisitos do estágio probatório;

VII - elaborar lista triplíce para os fins do art. 8.^o deste Estatuto;

VIII - opinar sobre pedidos de permuta, readmissão, reintegração, reversão e aproveitamento na carreira de Procurador;

IX - conhecer das suspeições e dos impedimentos de integrantes da carreira de procurador;

X - deliberar sobre quaisquer assuntos da competência da Procuradoria Geral do Estado, que lhe sejam submetidos pelo titular do órgão e nos termos desta lei.

SESSÃO III

DO CORREGEDOR DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

Art. 8.^o - O Corregedor da procuradoria Geral do Estado, nomeado pelo Governador do Estado, dentre integrantes de lista triplíce formada por Procurador da classe mais elevada da carreira, terá mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o período imediato.

Parágrafo Único - O Corregedor da Procuradoria Geral do Estado será auxiliado por um integrante da carreira de Procurador, de sua indicação, com prévia aprovação do Procurador Geral do Estado, que o substituirá em seus impedimentos.

Art. 9.^o - Ao Corregedor da Procuradoria Geral do Estado compete:

I - realizar correições ordinárias, para verificação da regularidade e eficiência dos serviços prestados pelos ocupantes da carreira;

II - proceder, de ofício ou por determinação do Procurador Geral do Estado ou do Conselho Superior, correições extraordinárias nas unidades da Procuradoria Geral do Estado, para sanar abusos que comprometam sua atuação;

III - participar das reuniões do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, sem direito a voto;

IV - solicitar ao Procurador Geral do Estado a instauração de sindicância para apuração de faltas disciplinares;

V - presidir as comissões de sindicâncias e de processos disciplinares ou indicar ao Procurador Geral, integrante da carreira de Procurador para presidí-las;

VI - apresentar ao Conselho Superior e ao Procurador Geral relatórios conclusivos das correições ordinárias e extraordinárias, bem como de outros procedimentos, propondo as medidas administrativas ou disciplinares que julgar convenientes;

VII - baixar instruções previamente

aprovadas pelo Conselho Superior, no sentido de orientar as atividades dos Procuradores;

VIII - apresentar ao Conselho Superior os aspectos negativos e positivos de que tenha ciência, relativos aos integrantes da carreira, que possam influenciar na aferição do mérito, para fins de direito;

CAPÍTULO II

AO NÍVEL DE ASSESSORAMENTO SEÇÃO ÚNICA DO GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO.

Art. 10 - Ao Gabinete do Procurador Geral do Estado compete:

I - a assistência ao Procurador Geral do Estado no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais;

II - as relações públicas do Procurador Geral do Estado e da Procuradoria Geral do Estado;

III - a coordenação da agenda do Procurador Geral do Estado;

IV - a representação do Procurador Geral do Estado;

V - o acompanhamento de despachos;

VI - o encaminhamento de peças aos órgãos competentes para investigação ou ação criminal quando for verificada a existência de crime de ação pública ou contravenção em autos ou papéis que conhecer;

VII - o assessoramento ao procurador Geral do Estado e à Procuradoria Geral do Estado em assuntos de natureza jurídica;

VIII - outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III

AO NÍVEL INSTRUMENTAL SEÇÃO ÚNICA

AO DIRETOR ADMINISTRATIVO

Art. 11 - Ao Diretor Administrativo, além das atribuições definidas no art. 43 da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974, compete:

I - programar, organizar, dirigir, orientar, controlar e coordenar as atividades das unidades sob sua responsabilidade;

II - despachar com o Procurador Geral do Estado sobre assuntos administrativos;

III - submeter à consideração do Procurador Geral do Estado os assuntos que excedam à sua competência;

IV - propor ao Procurador Geral do Estado, a realização de licitações sugerindo, quando for o caso, a sua homologação, anulação ou dispensa;

V - promover a elaboração da proposta orçamentária da Procuradoria Geral do Estado;

VI - delegar competência específica do seu cargo, com conhecimento prévio do Procurador Geral do Estado;

VII - propor ao Procurador Geral do Estado a criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de unidades administrativas sob sua responsabilidade;

VIII - conceder férias, licenças e salário família aos servidores da Procuradoria Geral do Estado;

IX - outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO I

DA DIVISÃO DE CÁLCULO, AVALIAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS

Art. 12 - À Divisão de Cálculo, Avaliação e Processamento de Dados cabe:

I - as atividades de recebimento, registro, distribuição, controle de movimentação e de prazos de todos os processos judiciais que tramitam pela Procuradoria Geral do Estado;

II - efetivar e revisar cálculos nos processos judiciais, de interesse do Estado, atendidos pela Procuradoria Geral do Estado;

III - processar as planilhas diárias;

IV - fornecer diariamente listagem de prazos vencidos, com antecipação de (três) dias úteis;

V - fornecer informações complementares, necessárias aos serviços da Procuradoria Geral do Estado;

VI - organizar sistema de informática sobre legislação e jurisprudência estaduais e federais;

VII - executar trabalhos técnicos de avaliação, perícias e outros necessários à defesa dos interesses do Estado;

VIII - protocolar todos os documentos que tramitam na Procuradoria Geral do Estado e acompanhar seu andamento;

IX - outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO II

DA DIVISÃO DE PESQUISA E DIVULGAÇÃO JURÍDICA

Art. 13 - À Divisão de Pesquisa e Divulgação Jurídica cabe:

I - a realização de pesquisa e divulgação de matéria de natureza jurídica;

II - tomar, catalogar, classificar e ter sob sua guarda livros, revistas e impressos que constituam o seu acervo;

III - estabelecer intercâmbio permanente com organizações congêneres;

IV - efetuar o fichamento sistemático de pareceres e trabalhos forenses, bem como de doutrina e jurisprudência, relacionados com as atividades e os afins da Procuradoria Geral do Estado, encaminhando o material coletado à Divisão de Cálculo, Avaliação e Processamento de Dados para registro;

V - efetuar estudos e pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais, por solicitação do Procurador Geral, do Corregedor e dos Procuradores Chefes da Procura-

doria Geral do Estado;

VI - outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO III

DO GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

Art. 14 - Ao grupo Administrativo Setorial cabe:

I - a execução das atividades concernentes ao sistema estruturante de administração geral, compreendendo a prestação dos serviços-meio necessários ao funcionamento regular da Procuradoria Geral do Estado;

II - outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO IV

DO GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

Art. 15 - Ao grupo de Planejamento Setorial cabe:

I - a execução das atividades concernentes ao sistema estruturante de planejamento, compreendendo a participação na elaboração da programação específica da Procuradoria Geral do Estado e a aplicação dos processos de coleta e divulgação sistemática de informações técnicas;

II - a elaboração, controle e acompanhamento da execução orçamentária e modernização administrativa;

III - outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO V

DO GRUPO FINANCEIRO SETORIAL

Art. 16 - Ao Grupo Financeiro Setorial cabe:

I - a execução das atividades concernentes ao sistema estruturante financeiro, compreendendo contabilização, controle e fiscalização financeira;

II - a execução do orçamento;

III - apuração, análise e controle de custos;

IV - outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO VI

DO GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

Art. 17 - Ao Grupo de Recursos Humanos Setorial cabe:

I - a execução das atividades concernentes ao sistema estruturante de recursos humanos, compreendendo o fornecimento e o controle da aplicação de pessoal aos diferentes programas e atividades da Procuradoria Geral do Estado;

II - a coleta de dados e informações para análise e controle de custos e atualização do cadastro central de recursos humanos;

III - outras atividades correlatas.

CAPÍTULO IV

AO NÍVEL DE EXECUÇÃO

SEÇÃO I

DA COORDENADORIA DE RECURSOS

Art. 18 - À Coordenadoria de Recursos

competete:

I - opinar quanto ao cabimento ou não de interposição de recursos nos processos atendidos em segunda instância, obedecido o disposto no inciso IV, do art. 5.º deste Estatuto;

II - opinar quanto à execução ou não de julgados;

III - opinar quanto à proposta de ações rescisórias de julgados de interesse do Estado;

IV - coordenar, supletivamente, os recursos ordinários que devam ser interpostos por órgãos da Procuradoria Geral do Estado em matéria de relevante interesse;

V - executar outras atribuições que lhe forem cometidas por lei ou regulamento.

SEÇÃO II

DAS PROCURADORIAS

Art. 19 - Compete aos Procuradores Chefes:

I - dirigir, coordenar, supervisionar, orientar, fiscalizar e distribuir os serviços de sua Procuradoria;

II - despachar o expediente de sua Procuradoria com o Procurador Geral do Estado;

III - dar conhecimento ao procurador Geral do Estado das atividades de sua Procuradoria;

IV - orientar as Subprocuradorias Regionais, a Representação Judicial em Brasília e os demais órgãos da Administração Pública Estadual nos assuntos relativos à Procuradoria;

V - visar os pareceres emitidos e os trabalhos realizados pela sua Procuradoria, antes de submetê-los à aprovação do Procurador Geral do Estado;

VI - apresentar ao Procurador Geral do Estado relatório semestral das atividades de sua Procuradoria;

VII - comunicar por escrito ao Procurador Geral a solução das causas de interesse do Estado, inclusive dos seus incidentes, e propor fundamentalmente o arquivamento do processo ou expediente administrativo em que se verifique a impossibilidade ou inconveniência da medida judicial;

VIII - baixar ordens disciplinando os serviços do pessoal lotado na respectiva Procuradoria;

IX - exercer outras atribuições previstas em lei ou regulamento, bem como as decorrentes de delegação do Procurador Geral do Estado;

X - apresentar à Corregedoria, mensalmente, cópias de pareceres e petições do mês, elaboradas pela Procuradoria sob sua chefia, para fins dos artigos 45 e 46 do presente Estatuto.

SUBSEÇÃO I

DA PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Art.20 - À Procuradoria Administrativa compete a defesa do Estado nas ações sobre matéria de funcionalismo e serviço público, bem como opinar nos procedimentos e expedientes administrativos.

SUBSEÇÃO II

DA PROCURADORIA FISCAL

Art.21 - À Procuradoria Fiscal compete a promoção das medidas destinadas à defesa dos interesses fiscais do Estado e à cobrança judicial da dívida ativa.

SUBSEÇÃO III

DA PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO

Art.22 - À Procuradoria do Patrimônio compete a promoção de medidas judiciais ou administrativas destinadas à defesa do patrimônio e do meio ambiente do Estado.

SUBSEÇÃO IV

DA PROCURADORIA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Art.23 - À Procuradoria Trabalhista e Previdenciária compete a defesa do Estado e a orientação da Administração Pública Estadual direta e indireta nas suas relações com os servidores subordinados ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive junto à instituições de previdência.

SUBSEÇÃO V

DA PROCURADORIA FORENSE

Art.24 - À Procuradoria Forense incumba a defesa dos interesses do Estado em matéria não afeta às demais Procuradorias.

SEÇÃO III

DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL EM BRASÍLIA

Art.25 - À Representação Judicial em Brasília compete intervir nas causas de interesse do Estado perante os Tribunais Federais e órgãos administrativos superiores, sediados na Capital Federal, mediante delegação de poderes do Procurador Geral do Estado.

§ 1.º A Representação Judicial em Brasília será exercida por integrante da carreira de Procurador.

§ 2.º Em casos excepcionais e mediante solicitação do Procurador Geral do Estado, devidamente justificada, o Governador do Estado poderá autorizar a designação de profissional não integrante da carreira para a representação judicial de que trata este artigo.

CAPÍTULO V

AO NÍVEL DE EXECUÇÃO REGIONAL

SEÇÃO ÚNICA

DAS SUBPROCURADORIAS REGIONAIS

Art.26 - As Subprocuradorias Regionais

serão criadas ou extintas por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Procurador Geral do Estado.

Art.27 - Às Subprocuradorias Regionais compete:

I - exercer as funções atribuídas às Procuradorias, em articulação com os respectivos Chefes nas comarcas de sua atuação;

II - exercer funções consultivas junto aos órgãos locais da Administração Estadual;

III - executar serviços de natureza especial, que lhes sejam cometidos pelo Procurador Geral do Estado.

TÍTULO III

DO QUADRO DA PROCURADORIA

GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO I

DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA

Art.28 - Os cargos de Procurador do Estado serão organizados em carreira, em Quadro Especial, com a seguintes estrutura:

I - 15 (quinze) cargos de Procurador Classe I;

II - 25 (vinte e cinco) cargos de Procurador Classe II;

III - 35 (trinta e cinco) cargos de Procurador Classe III;

IV - 40 (quarenta) cargos de Procurador Classe IV;

V - 15 (quinze) cargos de Procurador Classe V.

Parágrafo Único - A quantidade de cargos que compõe a estrutura da carreira de Procurador do Estado, será alterada através de Lei Ordinária.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art.29 - São atribuições privativas dos ocupantes dos cargos da carreira de Procurador do Estado:

I - promover a defesa dos interesses do Estado em qualquer juízo, instância ou tribunal, ressalvadas as hipóteses do artigo 5.º, inciso VI deste Estatuto;

II - participar do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado e exercer as funções de Corregedor;

III - compor comissões de sindicâncias e de processos administrativos para apuração de responsabilidade de integrantes da carreira de Procurador;

IV - exercer funções de Chefe de Procuradorias, da Coordenadoria de Recursos, das Subprocuradorias Regionais e das demais unidades a serem criadas por ato do Governo do Estado, cujas atribuições se caracterizarem como de natureza técnico-jurídica.

SEÇÃO III

DO CONCURSO

Art.30 - O ingresso na carreira de Procurador dar-se-á obrigatoriamente no cargo inicial, mediante concurso público de provas e títulos realizado pela Procuradoria Geral do Estado, com a participação de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, indicado pelo respectivo Conselho Seccional.

§ 1.º - O edital de concurso estabelecerá o processo para a fixação do peso conferido aos títulos dos candidatos, bem como as demais condições e exigências relacionadas com os exames de seleção, nos termos do regulamento aprovado pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado.

§ 2.º - Para inscrição em concurso, os interessados deverão comprovar desde logo, as seguintes condições:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - ser bacharel em Direito e estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;

III - estar quite com o Serviço Militar;

IV - estar no gozo dos direitos políticos;

V - ter bons antecedentes, comprovados mediante folha corrida da Justiça dos Estados onde teve domicílio;

VI - ter idade inferior a 45 (quarenta e cinco) anos, salvo se já for funcionário público do Estado do Paraná.

Art.31 - O concurso terá validade por 2 (dois) anos a contar da data da publicação da homologação de seu resultado no órgão oficial, prazo esse que poderá ser prorrogado até o dobro, por ato do Governador.

Art.32 - Os cargos iniciais da carreira de Procurador do Estado serão preenchidos em caráter efetivo, por nomeação do Governador do Estado, obedecida a ordem de classificação no concurso, tendo preferência, em casos de empate, o candidato que tiver a inscrição mais antiga na Ordem dos Advogados do Brasil.

SEÇÃO IV

DA POSSE

Art.33 - Os aprovados em concurso para a carreira de Procurador do Estado tomarão posse perante o Procurador Geral do Estado.

Art.34 - É de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação no órgão oficial, o prazo para a posse.

§ 1.º - A requerimento do interessado, o prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por mais de 30 (trinta) dias, a critério do Procurador Geral do Estado.

§ 2.º - Será tornado sem efeito o ato de nomeação, se a posse não se verificar

nó prazo estabelecido.

Art. 35 - São requisitos para a posse:

I - habilitação em exame de sanidade e capacidade física e mental, realizado pelo órgão oficial competente ou por entidade que este indicar;

II - declaração de bens;

III - declaração de acumulação de cargo, de emprego ou função pública;

IV - cumprimento das condições especiais previstas em lei ou no regulamento do concurso.

SEÇÃO V

DO EXERCÍCIO

Art. 36 - O integrante da carreira de Procurador do Estado, provido na classe inicial, deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da posse, sob pena de ser tornado sem efeito o ato de nomeação.

§ 1.º - Nos casos de reintegração ou remoção, o início do exercício dar-se-á no mesmo prazo previsto neste artigo.

§ 2.º - Quando o Procurador do Estado estiver em gozo de licença ou de qualquer afastamento legal, o prazo previsto neste artigo será contado da data do término do respectivo afastamento.

Art. 37 - A promoção não interrompe o exercício, que é contado na nova classe a partir da data da publicação do respectivo ato no órgão oficial.

SEÇÃO VI

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 38 - É de estágio probatório, o período de 24 (vinte e quatro) meses contados da data em que o integrante da classe inicial da carreira entrar em efetivo exercício, durante o qual deverá comprovar:

- a) - idoneidade moral;
- b) - assiduidade;
- c) - disciplina;
- d) - eficiência.

Art. 39 - A exigência do estágio probatório alcança a todos os Procuradores, dele não se eximindo nem mesmo os que já o tenham satisfeito em outro cargo da Administração Pública.

Art. 40 - O Procurador Geral do Estado, ouvido o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, regulamentará o estágio probatório e designará comissão destinada a fiscalizá-lo.

Art. 41 - O estágio probatório sofrerá interrupção de seu curso se nos últimos 90 (noventa) dias, em razão de informações da comissão do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, ocorrerem dúvidas sobre o cumprimento de seus requisitos.

Art. 42 - Haverá automaticamente a confirmação do Procurador na carreira, vencido o prazo de estágio probatório, sem in-

terrupção.

CAPÍTULO II

DA PROMOÇÃO

Art. 43 - As promoções na carreira de Procurador do Estado serão feitas de classe a classe, pelos critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente, após a concorrência de vaga.

Art. 44 - Somente depois de 2 (dois) anos de efetivo exercício na respectiva classe poderá o Procurador do Estado ser promovido por qualquer dos critérios indicados.

§ 1.º - Quando não houver candidato que satisfaça o requisito deste artigo, poderá, seja por antiguidade, seja por merecimento, concorrer à promoção o Procurador que contar pelo menos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício na classe.

§ 2.º - O Procurador promovido passará, na classe superior, a contar novo interstício para efeito de nova promoção.

§ 3.º - É vedado ao integrante da carreira de Procurador do Estado, afastado de seu cargo para exercer atividades em outro órgão da Administração Pública direta ou indireta, ou em outro Poder, salvo nos casos de designação pelo Procurador Geral do Estado ou de nomeação para o cargo em comissão, participar do concurso de promoção por merecimento às vagas que ocorrerem no período do afastamento.

Art. 45 - Para nomeação por merecimento, o Conselho Superior organizará lista triplíce entre os que alcançaram melhor classificação em ordem decrescente, a qual o Procurador Geral enviará ao Governador do Estado.

§ 1.º - Em caso de mais de uma vaga, a lista de merecimento será igual ao número destas mais dois.

§ 2.º - O integrante da carreira de Procurador que tiver figurado em lista anterior de promoção por merecimento, só poderá ser excluído da seguinte se, em votação preliminar, o Conselho Superior assim o decidir, por maioria absoluta. Em caso contrário, a votação será feita apenas para completar a lista triplíce.

Art. 46 - Na aferição do merecimento, o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado considerará:

I - Como elementos de preferência:

- a) a aptidão profissional, demonstrada através de trabalhos jurídicos no exercício da função;
- b) a eficiência revelada no desempenho de cargos e comissões, particularmente em chefia ou direção;
- c) a qualidade dos trabalhos forenses;
- d) a aprovação em curso regularmente frequentados, comprovados por diplomas ou certificados;

- e) a capacidade de liderança, iniciativa e a presteza de decisão;
 - f) trabalhos jurídicos publicados.
- II - Como aspectos negativos:
- a) condenação na esfera criminal;
 - b) punições sofridas junto à O.A.B.;
 - c) falta injustificada em audiência;
 - d) perda de prazo processual;
 - e) punições administrativas;
 - f) insuficiência dos requisitos previstos nas alíneas a, b, c e f, do inciso anterior.

Art.47 - Os elementos constantes do inciso I do art.46, serão especificados individualmente, em itens, e apresentados à Secretaria do Conselho Superior, pelos candidatos.

§ 1.º - A cada item positivo, constante do inciso I, do art.46, será atribuído o peso de 10 (dez) a 100 (cem) e a cada item negativo do inciso II, do mesmo artigo, será atribuído, respectivamente, o seguinte peso:

- a) 100;
- b) 90;
- c) 80;
- d) 70;
- e) 60;
- f) 50.

§ 2.º - Da decisão do Conselho Superior caberá reclamação, dentro do prazo de 3 (três) dias, a contar da data da publicação de lista, que terá efeito suspensivo.

Art.48 - Dos fatores constantes do artigo 46, na edição e subtração examinados, a maior soma de pontos positivos aferidos credenciará os classificados à lista triplíce para promoção, da qual caberá reclamação.

Parágrafo Único - Recebida a reclamação, na primeira reunião o Presidente designará relator para, na seguinte, o Conselho Superior, com prioridade na pauta, decidir em definitivo o pedido.

Art.49 - Os quadros de classificação por antiguidade serão publicados no Diário Oficial, para conhecimento dos interessados, que poderão reclamar ao Conselho Superior no prazo de 8 (oito) dias, contados da data da publicação.

TÍTULO IV

DOS DIREITOS, VANTAGENS E PRERROGATIVAS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E VANTAGENS

Art.50 - Os integrantes da carreira de Procurador do Estado gozarão 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, de acordo com escala para este fim organizada pelo Procurador Geral do Estado.

Art.51 - Os integrantes da carreira de Procurador do Estado que, por necessidade do serviço, deixarem de gozar férias, terão computado a requerimento seu o respectivo período em dobro, para os efeitos legais.

gais.

Parágrafo Único - Os direitos assegurados por este artigo, prescrevem em 2 (dois) anos a contar do primeiro dia do ano seguinte àquele em que as férias podiam ser gozadas.

Art.52 - Além do vencimento, poderão os integrantes da carreira de Procurador do Estado, perceber as seguintes vantagens pecuniárias:

- I - adicionais;
- II - gratificações;
- III - ajuda de custo;
- IV - diárias;
- V - salário família;
- VI - auxílio doença;
- VII - outras vantagens concedidas por lei.

Art.53 - Ficam assegurados aos inativos da carreira de Procurador do Estado, todos os direitos e vantagens concedidos a qualquer título do pessoal em atividade, inclusive quando decorrente de reclassificação, observando-se a correlação com os atuais cargos em caso de nova nomenclatura, para efeito de reajuste de proventos.

TÍTULO V

DOS DEVERES, PROIBIÇÕES E IMPEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Art.54 - Os Procuradores do Estado devem ter irrepreensível procedimento na vida pública e particular, pugnano pelo prestígio da Administração Pública e da Justiça, velando pela dignidade de suas funções.

Parágrafo Único - É dever dos Procuradores do Estado:

- I - desincumbir-se diariamente de seus encargos funcionais, no foro ou repartição;
- II - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhe forem atribuídos pelo Procurador Geral;
- III - zelar pela regularidade dos feitos em que funcionar;
- IV - observar sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar;
- V - velar pela boa utilização dos bens confiados à sua guarda;
- VI - representar ao Procurador Geral sobre as irregularidades de que tenha conhecimento;
- VII - sugerir ao Procurador Geral providências tendentes à melhoria dos serviços no âmbito de sua atuação;
- VIII - prestar as informações solicitadas pelos seus superiores hierárquicos.

Art.55 - É proibido ao integrante da carreira de Procurador do Estado:

- I - aceitar cargo, exercer função pública ou mandato fora dos casos autorizados em lei;

II - ter exercício fora dos órgãos da Procuradoria Geral do Estado, ressalvados os casos de designação do Procurador Geral, ou de nomeação para cargo em comissão de alta relevância, a Juízo do Conselho Superior;

III - exercer atividades político-partidárias defesas em lei;

IV - empregar em qualquer expediente expressões ou termos desrespeitosos;

V - valer-se da qualidade de Procurador do Estado para obter vantagem indevida, ainda que no desempenho de atividades estranhas as suas funções.

Parágrafo Único - Incluem-se nas proibições aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, aquelas decorrentes do exercício de cargo público.

CAPÍTULO II

DOS IMPEDIMENTOS

Art.56 - é defeso ao Procurador do Estado exercer as suas funções em processo ou procedimento:

I - em que o mesmo seja parte, ou de qualquer forma interessado;

II - em que haja atuado como advogado de qualquer das partes;

III - em que seja interessado seu cônjuge, ou parente consanguíneo ou afim, até o 3.º grau;

IV - nos casos previstos na legislação processual.

Art.57 - O Procurador do Estado não poderá participar de Comissão ou Banca de Concurso, intervir no seu julgamento e votar sobre organização de lista de promoção, quando concorrer parente seu, consanguíneo ou afim até o 3.º grau, bem como seu cônjuge.

Art.58 - Não poderão servir sob a chefia imediata do procurador o seu cônjuge ou parentes consanguíneos ou afins, até o 3.º grau.

Art.59 - O Procurador do Estado dar-se-á por suspeito quando:

I - houver se pronunciado favoravelmente à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa;

II - ocorrerem qualquer dos casos impeditivos previstos na legislação processual.

Art.60 - Nas hipóteses previstas no artigo anterior, o Procurador do Estado comunicará ao Procurador Geral, em expediente reservado, os motivos da suspeição, para os fins previstos no art.7.º, inciso IX, deste Estatuto.

Art.61 - Aplicam-se ao Procurador Geral, as disposições sobre impedimentos, incompatibilidade e suspeições constantes deste Capítulo, ficando o mesmo obrigado, quando for o caso, a dar ciência do fato a seu substituto legal, para os devidos fins.

TÍTULO VI

DAS PENALIDADES E DO PROCESSO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DAS RESPONSABILIDADES

Art.62 - Os Procuradores do Estado serão administrativa, civil e penalmente responsáveis quando, no exercício de suas funções, procederem irregularmente ou com dolo ou culpa.

Art.63 - A responsabilidade administrativa dos Procuradores do Estado dar-se-á, sempre, através de procedimento determinado pelo Procurador Geral do Estado, e a deste, por ato governamental.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES

Art.64 - São aplicáveis aos Procuradores do Estado as seguintes sanções disciplinares:

I - advertência;

II - censura;

III - suspensão;

IV - multa;

V - demissão;

VI - cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.

Parágrafo Único - A decisão que impuser sanção disciplinar será sempre motivada e levará em conta a natureza, as circunstâncias, a gravidade e as consequências da falta, bem como os antecedentes do faltoso.

Art.65 - A pena de advertência será aplicada verbalmente nos casos de:

I - negligência no exercício das funções;

II - faltas leves em geral.

Art.66 - A pena de censura será aplicada por escrito nos casos de reincidência em falta pela qual já tenha sido o Procurador punido com pena de advertência.

Art.67 - A pena de suspensão será aplicada nos seguintes casos:

I - violação do dever funcional;

II - prática de ato incompatível com a dignidade ou o decoro do cargo;

III - reincidência em falta punida com a pena de censura.

§ 1.º - A suspensão não excederá a 90 (noventa) dias e acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo, não podendo ter início durante o período de férias ou de licença.

§ 2.º - Quando houver conveniência para o serviço, o Procurador Geral poderá converter a suspensão em multa diária equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos, permanecendo o Procurador do Estado no exercício de suas funções.

§ 3.º - a prática da conduta prevista no item I deste artigo será passível de aplicação da pena prevista no artigo seguinte quando, voluntária e intencional, causar sério prejuízo aos interesses do

Estado.

Art.68 - Aplicar-se-á a pena de demissão nos casos de:

I - abandono do cargo, pela interrupção injustificada do exercício das funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) intercalados, durante o período de 12 (doze) meses;

II - improbidade funcional;

III - reiteração, no período de 5 (cinco) anos, das faltas previstas no art.67;

IV - prática de qualquer das proibições previstas no art.55;

V - prática de fato definido como infração penal.

Art.69 - A cassação da aposentadoria ou da disponibilidade ocorrerá se ficar comprovada a prática, quando ainda no exercício do cargo, de falta suscetível de determinar demissão.

Art.70 - Ocorrerá a prescrição:

I - em 2 (dois) anos, quando a falta for sujeita às penas de advertência, censura, multa ou suspensão;

II - em 5 (cinco) anos, nos demais casos.

§ 1.º - A prescrição, em caso de falta também prevista como infração criminal, ou de responsabilidade civil, ocorrerá no prazo fixado respectivamente nas leis penal e civil.

§ 2.º - O curso da prescrição começa a fluir da data do fato, exceto na hipótese do parágrafo anterior, em que se observará o que dispuserem as leis penal e civil.

Art.71 - São competentes para aplicar as penas:

I - O Governador do Estado, no caso dos itens V e VI do art.64;

II - O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, nos casos dos itens III e IV do art.64;

III - O Procurador Geral nos casos dos itens I e II do art.64.

CAPÍTULO III

DA SINDICÂNCIA

Art.72 - A sindicância será instaurada pelo Procurador Geral do Estado para apuração de faltas de integrantes da carreira de Procurador do Estado, nos seguintes casos:

I - como preliminar do processo administrativo, quando solicitada pelo Conselho Superior;

II - para apuração de falta funcional punível com as penas de advertência, censura ou multa.

Art.73 - A sindicância será promovida por uma Comissão de 3 (três) Procuradores, designados pelo Procurador Geral, a qual deverá ouvir as pessoas que tenham conhecimento ou que possam prestar esclarecimentos a respeito do fato que estiver sen-

do apurado, bem como proceder a todas as diligências que julgar conveniente à sua elucidação, observado o disposto no inciso V do art.9.º.

Art.74 - Na hipótese prevista no inciso II do Art.72, concluída a produção de provas, o sindicado será intimado para no prazo de 3 (três) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por procurador.

Parágrafo Único - O sindicado terá vistas dos autos, por igual prazo, na dependência onde estiver funcionando a Comissão.

Art.75 - A sindicância deverá estar concluída no prazo de 15 (quinze) dias, após a sua instauração, prorrogável por igual período, a critério do Procurador Geral.

Art.76 - Encerrada a sindicância, os autos serão encaminhados ao Procurador Geral, com relatório conclusivo.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art.77 - Compete ao Procurador Geral determinar a instauração do processo administrativo para apuração de falta de integrante da carreira de Procurador do Estado, punível com as penas de suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Parágrafo Único - Será observado o sigilo do procedimento, desde que não importe em prejuízo à realização dos seus objetivos.

Art.78 - O processo administrativo será promovido por uma Comissão, designada pelo Procurador Geral, composta por 3 (três) Procuradores, todos de nível mais elevado ou igual que o do indiciado, observado o disposto no inciso V do art.9.º deste Estatuto.

Parágrafo Único - A Comissão será secretariada por um integrante da carreira de Procurador do Estado.

Art.79 - A Comissão procederá a todas as diligências necessárias, devendo concluir o processo administrativo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do ato que determinar a sua instauração.

Parágrafo Único - O prazo de que trata este artigo poderá ser prorrogado, a juízo do Procurador Geral, até o máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Art.80 - O Procurador do Estado indiciado em processo administrativo, será citado para interrogatório, em dia, hora e local previamente designados.

Parágrafo Único - Achando-se o indiciado em lugar incerto, a citação far-se-á por edital publicado no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com prazo de 30 (trinta) dias.

Art.81 - Ao indiciado revel será concedido defensor, designado pelo Presidente

da comissão de processo administrativo.

Art.82 - Concluído o interrogatório, ou após a data marcada para a sua realização, no caso de revelia, o indiciado poderá oferecer defesa, no prazo de 10 (dez) dias, sendo-lhe facultada vista do processo durante todo esse prazo, na dependência onde funcione a Comissão.

Parágrafo Único - o indiciado poderá, com a defesa, apresentar documento e arrojar testemunhas, até o número de 5 (cinco).

Art.83 - Após a inquirição das testemunhas, será concedida vista do processo ao indiciado ou ao seu defensor, pelo prazo de 5 (cinco) dias, para requerer as diligências que desejar.

Parágrafo Único - A Comissão poderá indeferir diligências requeridas pelo indiciado, quando julgá-las desnecessárias ou protelatórias, fundamentando a decisão.

Art.84 - Findas as diligências ou indeferidas as requeridas, o indiciado poderá oferecer razões finais de defesa, no prazo de 10 (dez) dias.

Art.85 - A intimação do indiciado para os atos do processo, posteriores ao interrogatório, far-se-á pessoalmente ou sendo revel, na pessoa de seu defensor.

Art.86 - Ultimada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo, aduzindo toda a matéria do fato e indicando as disposições legais que entender transgredidas, recomendando a pena aplicável, se for o caso, e remetendo o processo, em seguida, ao Conselho Superior da Procuradoria Geral, para julgamento.

Art.87 - Recebido o processo, o Conselho proferirá o seu julgamento no prazo de 20 (vinte) dias, se a pena aplicável se enquadrar dentre aquelas de sua competência, ou opinará pelo encaminhamento do processo à autoridade competente para o julgamento.

Art.88 - O processo disciplinar será confidencial. Nas duplicações, quando necessárias, far-se-á referência exclusivamente ao número do processo, sem menção ao fato de tratar-se de processo disciplinar.

Parágrafo Único - Tratando de citação por edital far-se-á menção ao fato e ao indiciado, bem como ao número do processo.

Art. 89 - Ao determinar a instauração do processo disciplinar, ou no curso deste, o Procurador Geral poderá, se julgar necessário, ordenar o afastamento do indiciado de suas funções.

§ 1.º - O afastamento será determinado pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável, no máximo, por mais 60 (sessenta).

§ 2.º - O afastamento dar-se-á sem prejuízo dos direitos e vantagens do indiciado, constituindo medida acauteladora, sem caráter de sanção.

CAPÍTULO V

DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art.90 - Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo administrativo de que tenha resultado imposição de sanção, sempre que forem alegados vícios insanáveis no processo ou fatos e provas, ainda não apreciados, que possam justificar nova decisão.

§ 1.º - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade imposta.

§ 2.º - Não será admitida a renovação do pedido de revisão pelo mesmo motivo.

Art.91- A revisão poderá ser pleiteada pelo punido ou em caso de sua morte ou desaparecimento, pelo cônjuge, filhos, pais ou irmãos.

Art.92- O pedido de revisão será dirigido à autoridade que houver aplicado a sanção e aquela, se o admitir, determinará o seu processamento em apenso aos autos originais.

Parágrafo Único- A petição será instruída com as provas de que o requerente dispuser e indicará as que pretende sejam produzidas.

Art.93 - Julgada procedente a revisão, poderá ser cancelada ou modificada a pena imposta ou anulado o processo.

§ 1.º - Se a pena cancelada for a de demissão, o requerente será reintegrado.

§ 2.º - Procedente a revisão, o requerente será ressarcido dos prejuízos que tiver sofrido e terá restabelecidos todos os direitos atingidos para sanção imposta.

Art.94 - O integrante da carreira de Procurador do Estado que houver sido punido com pena de advertência ou censura poderá requerer ao Procurador Geral o cancelamento das respectivas notas em seus assentamentos, decorridos 3 (três) anos da decisão final que, as aplicou. O cancelamento será deferido se o procedimento do requerente, no triênio que antecedeu ao pedido, autorizar a convicção de que não reincidirá na falta.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.95 - Os cargos de Procurador de 1.^a, 2.^a e 3.^a Classe e de Advogados de 1.^a e 2.^a Classe criados pela Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979, com as alterações da Lei n.º 7.430, de 29 de dezembro de 1980, passam a denominar-se respectivamente, Procuradores Classe I, II, III, IV e V, segundo a nomenclatura adotada pelo art. 28, deste Estatuto.

Art.96 - Aos titulares das unidades do nível de execução programática será paga gratificação mensal, calculada na base de 15% (quinze por cento) do respectivo vencimento padrão.

Parágrafo Único- A vantagem de que trata este artigo não é acumulável pelo exercício de mais de uma função.

Art. 97 - A Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, entidade de direito privado reconhecida de utilidade pública pela Lei Estadual n. 7.739, de 07 de outubro de 1983, (D.O.E. n. 1637, de 10 de outubro de 1963) com sede na Capital do Estado, é considerada órgão oficial de representação de classe.

Art. 98 - Aplica-se, subsidiariamente, aos integrantes da carreira de Procurador do Estado o regime jurídico do funcionalismo público civil do Estado.

Art. 99 - Terão fé pública, para todos os efeitos legais, os documentos extraídos de processos por reprodução mecanizada e que tenham sido conferidos por servidor da Procuradoria Geral do Estado, devidamente autorizado pelo Procurador Geral.

Art. 100 - A alteração e consolidação da estrutura da Procuradoria Geral do Estado, seu planejamento e execução orçamen-

tária, contábil e financeira, serão fixadas mediante decreto, para adaptação às normas desta Lei.

Art. 101 - Para os exercícios futuros, será prevista verba orçamentária própria à Procuradoria Geral do Estado.

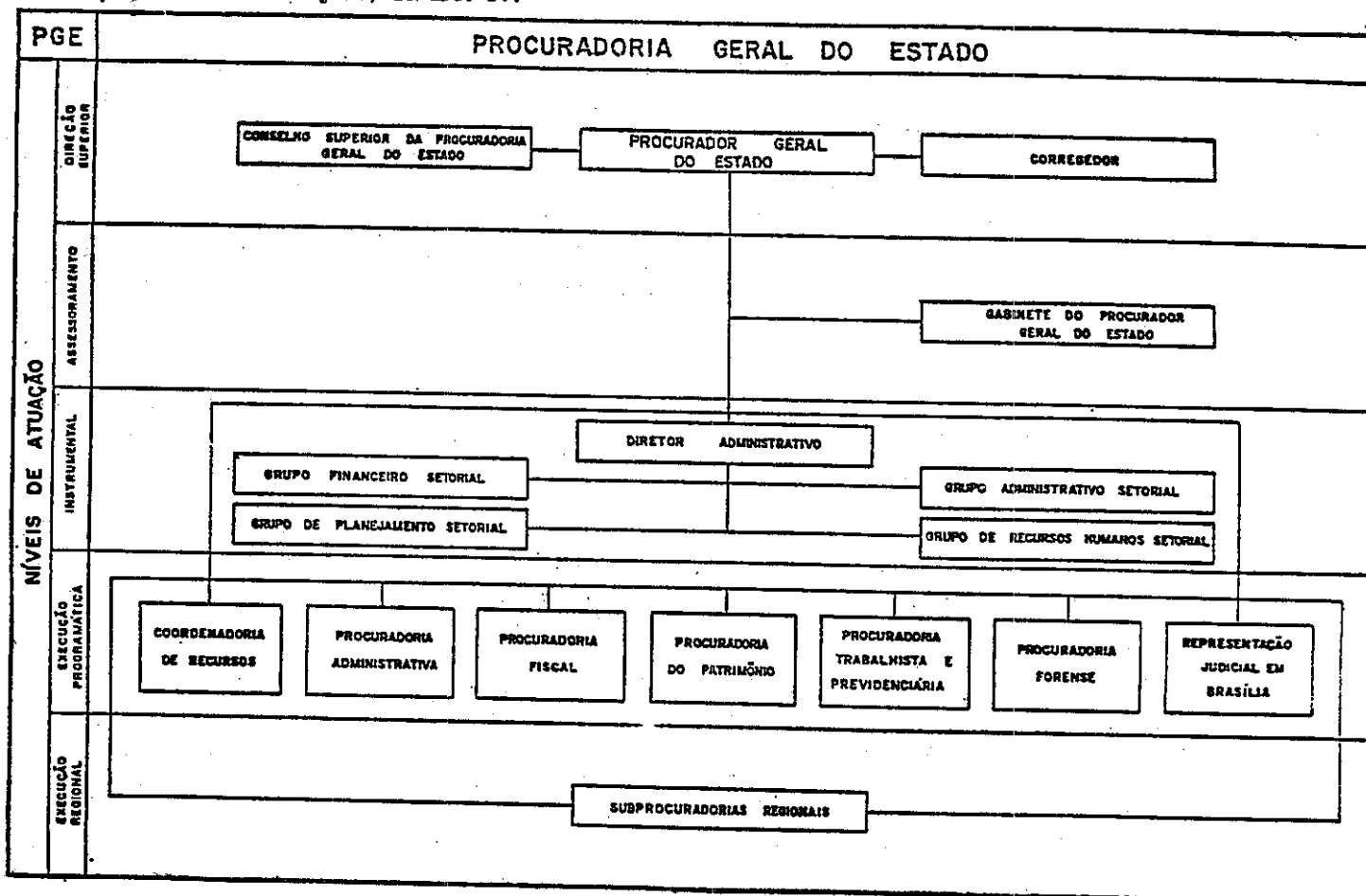
Art. 102 - Ficam criados 04 (quatro) cargos em comissão de Chefe de Grupo Setorial, símbolo 1 C e 04 C (quatro) cargos em comissão de Assistente Técnico, símbolo 2 C, conforme o disposto no inciso IV, do artigo 12, da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974.

§ 1.º - Ficam, ainda, criados 02 (dois) cargos em comissão de Chefe de Divisão, símbolo 1 C.

§ 2.º - O cargo em comissão, símbolo 1 C, de Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral do Estado, passa a pertencer à simbologia geral DAS- Direção e Assessoramento Superior, com o símbolo DAS- 5.

Art. 103 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo a que se refere o § 2º, do art. 2º.



A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 175/85

Curitiba, 24 de setembro de 1985.

Excelentíssimo Senhor

Presidente da

Assembleia Legislativa

Excelentíssimos Senhores Deputados.

Tenho a honra de apresentar a elevada apreciação dos membros dessa Egrégia Assembleia Legislativa, atendendo o disposto no Artigo 47 da Constituição Estadual, o anteprojeto de lei referente ao Orçamento

Programa e a atualização do Orçamento Plurianual de Investimentos para o exercício de 1986.

Elaborados de acordo com a legislação vigente, refletem em termos financeiros as diretrizes contidas no Plano de Governo mantidos os princípios orçamentários.

Os dados a seguir apresentam as previsões de receita para o exercício de 1986, composta de recursos arrecadados pelo Tesouro Geral do Estado e pelas Empresas Públicas, Fundações, Autarquias e Órgãos de Regime Especial.

RECEITA

Em CR\$ mil

I- De Recolhimento

Centralizado	CR\$ 21.724.053.000
Correntes	CR\$ 14.004.665.000 (64,5%)
Capital	CR\$ 7.719.388.000 (35,5%)

II- De Recolhimento

Descentralizado	CR\$ 2.860.828.313
Correntes	CR\$ 2.383.713.724 (83,3%)
Capital	CR\$ 477.114.589 (16,7%)

III- TOTAL

	CR\$ 24.584.881.313
Correntes	CR\$ 16.388.378.724 (66,7%)
Capital	CR\$ 8.196.502.589 (33,3%)

Do total da Receita de Recolhimento Centralizado, 57,8% são provenientes de Receitas Tributárias, das quais o ICM com uma previsão de CR\$ 12,2 trilhões representa 97,2%.

Quanto a alocação de recurso a nível de projetos e atividades componentes dos Programas de Trabalho dos diversos órgãos do Estado, procurou-se assegurar a destinação prioritária às necessidades mais emergenciais, e de uma forma conjuntural àqueles projetos que concorram para a melhoria das condições de vida da comunidade paranaense.

A nível de espécie de despesa a destinação está assim discriminada, conforme a origem dos recursos.

Em CR\$ mil

ESPÉCIE DA DESPESA	RECEITA		
	Centralizada	Descentralizada	Total
PESSOAL	8.105.000.000	697.206.269	8.802.206.269
O.CUSTEIOS	3.961.669.536	1.244.630.906	5.206.300.442
CAPITAL	9.649.383.464	918.991.138	10.568.374.602
RES.DE CONTINGÊNCIA	8.000.000	-	8.000.000
TOTAL	21.724.053.000	2.860.828.313	24.584.881.313

Na destinação de recursos, coube a AGE/SEFI - Administração Geral do Estado- Recursos sob Supervisão da Secretaria das Finanças a maior parcela, ou seja, 29,9%, do total orçamentário, órgão que tem como responsabilidade o pagamento dos inativos e pensionistas do Poder Executivo, bem como da Dívida do Tesouro.

A Secretaria da Educação, a nível de execução programática é o órgão que mantém o maior percentual, alcançando 17,9% do total orçamentário, o que representa recursos na ordem de CR\$ 3.879 trilhões. Deste montante, CR\$ 211,4 bilhões serão aplicados nos municípios que mantenham professores na rede estadual de ensino. Serão destinados CR\$ 243,2 bilhões na expansão física da rede e apoio ao desenvolvimento do ensino de 1.º grau, além da distribuição de merenda escolar a 1.500.000 alunos e a conservação e reequi-

pamentos de 3.000 escolas estaduais.

É de salientar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o valor destinado a Secretaria da Educação, representa aproximadamente 28,2% das exigências da Lei n. 7.348 de 24 de julho de 1985 ultrapassando o percentual mínimo de 25% estabelecido na referida lei.

A Secretaria dos Transportes contemplada com 11,9% do total de recursos do Tesouro, destinará CR\$ 1.362 trilhões ao Programa BID III que prevê dentre outras ações a construção de 743,3 km de estradas. Além do programa citado procederá também a conservação de 10.970 km de rodovias estaduais e 2.169 km de rodovias federais delegadas, bem como, está prevista a conclusão do Projeto Básico da Hidrovia do Rio Ivaí.

Nos anexos integrantes deste anteprojeto de lei, podem Vossas Excelências, tomar conhecimento sobre o Programa de Trabalho de cada um dos órgãos da Administração Pública, assim como, através da exposição justificativa, ter uma visão retrospectiva da situação econômico-financeira do Estado.

Em anexo especial denominado "ATUALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS" são apresentadas todas as aplicações programadas em despesas de capital incluindo também as despesas das Sociedades de Economia Mista que no global totalizam um valor de CR\$ 41.428.880.453.000 (quarenta e um trilhões, quatrocentos e vinte e oito bilhões, oitocentos e oitenta milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil cruzeiros).

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHA.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 186/85

Curitiba, 27 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Através da presente, venho solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art.22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para que o Vice-Governador do Estado, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, possa se afastar do País nos dias 1.º a 4 de outubro próximo, com destino ao Paraguai, com vistas a manter contactos objetivando tratar de assuntos ligados aos interesses de intercâmbio comercial entre o Paraná e aquele País.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 176/85 X

Curitiba, 25 de setembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar mais 6 (seis) cargos de Procurador de Justiça, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público e a serem providos na forma da lei.

A medida ora submetida a exame dessa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e encontra justificativa na grande sobrecarga de serviços a que estão sujeitos os atuais 26 Procuradores, número esse indiscutivelmente desproporcional ao de Desembargadores do egrégio Tribunal de Justiça (26) e Juizes do Tribunal de Alçada (21). Vale lembrar que a criação de novos cargos de Procurador é a única solução que se vislumbra, no âmbito estadual, diante do fato de a Lei Complementar Federal n. 40, de 14 de dezembro de 1981 (Lei Orgânica do Ministério Público) não permitir que seus agentes de inferior instância (Promotores e Curadores) possam atuar na instância superior, mormente agora com o advento da Lei 7.347, de 24.07.85, que outorgou ao Ministério Público a defesa dos "interesses difusos", ou seja, a propositura e a fiscalização (art. 5.º e seu § 1.º) da ação cível indenizatória por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, estendendo sobretudo as atividades dos agentes Ministeriais, tanto de inferior como de superior instância, pois é certo que serão inúmeras as ações que, nesse sentido propostas, chegarão às portas dos Tribunais e merecerão a ação fiscalizatória da Procuradoria Geral da Justiça, através de seus Procuradores de Justiça.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 237/85

Art. 1.º- Ficam criados, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 6 (seis) cargos de Procurador de Justiça, que serão preenchidos na forma da lei.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 177/85

Curitiba, 25 de setembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva acrescentar parágrafo 3.º, ao artigo 49, da Lei n. 5849, de 25 de setembro de 1968 (Estatuto do Ministério Público do Paraná).

O dispositivo que se pretende incluir no art. 49, da citada Lei n. 5849/68, visa assegurar aos Promotores de Justiça o direito de opção para preenchimento de vagas ocorridas na comarca em que atuam, respeitada a ordem de antigüidade. É que, por não haver norma legal no tocante ao exercício de opção à vaga de sua unidade judiciária, inexistindo permissão ou proibição expressa por parte das Leis Orgânicas Federais tanto na Magistratura como do Ministério Público, poderão alguns Promotores de entrância superior vir a ser preteridos por outros de entrância menos elevada. Para preencher tal lacuna e evitar suas conseqüências, cabe dar igual tratamento àquele que já é adotado para a Magistratura, conforme dispõe o art. 67 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, assim porque a competência de organização de uma e outra das carreiras é dada supletivamente aos Estados da Federação (art. 95 da Lei Complementar Federal n. 35/81 e art. 1.º da Lei Complementar Federal n. 40/81).

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 242/85

Art. 1.º- O art. 49, da Lei n. 5849 de 25 de setembro de 1968, fica acrescido do § 3.º, com a seguinte redação:

"§ 3.º- Fica assegurado o direito de opção aos Promotores de Justiça da mesma comarca, para preenchimento de vaga nela ocorrida, se o manifestarem no prazo de oito (8) dias, a contar do ato que lhe deu causa, ou de ato declaratório da vacância por morte do titular, respeitada a ordem de antigüidade na comarca".

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 178/85

Curitiba, 26 de setembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o detalhamento das despesas que deverá fazer parte do anteprojeto de lei que altera o orçamento da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha- FSCMR até o valor de CR\$ 41.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte e quatro milhões

de cruzeiros) inserido na mensagem n. 156/85, ficando as despesas assim discriminadas:

Dotação 7800.13754282.557

Em CR 1.000

3.1.1.1- Pessoal Civil	CR\$	13.159.300
3.1.1.3- Obrigações Patronais	CR\$	3.140.000
3.1.2.0- Material de Consumo	CR\$	9.022.000
3.1.3.2- Outros Serv. e Encargos	CR\$	3.600.000
4.1.2.0- Equipamentos e Mat. Permanente	CR\$	4.609.000
4.3.2.3- Transferências a Municípios	CR\$	7.593.700

Contando mais uma vez com os bons préstimos desta Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 179/85

Curitiba, 26 de setembro de 1985.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o detalhamento da despesa que deverá acompanhar o anteprojeto de lei que autoriza a abrir créditos suplementares ao orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado- IPE, até o valor de CR\$ 120.504.445.000 (cento e vinte bilhões, quinhentos e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) enviado através da Mensagem n. 155/85, conforme discriminação a seguir:

Em CR\$ 1.000

3.1.1.1- Pessoal Civil	CR\$	2.140.000
3.1.1.3- Obrigações Patronais	CR\$	584.000
3.1.2.0- Material de Consumo	CR\$	1.500.000
3.1.3.2- Outros Serv. e Encargos	CR\$	7.059.445
3.1.9.1- Sentenças Judiciárias	CR\$	700.000
3.2.8.0- Contribuições p/ PASEP	CR\$	800.000
4.2.7.0- Concessão de Empréstimos	CR\$	14.000.000

Dotação: 5100.15814862.262 - Em CR\$ 1.000

3.1.1.1- Pessoal Civil	CR\$	5.949.000
3.1.1.3- Obrigações Patronais	CR\$	1.286.000
3.1.2.0- Material de Consumo	CR\$	16.000.000
3.1.3.2- Outros Serv. e Encargos	CR\$	37.000.000

Dotação: 5100.15824942.263 - Em CR\$ 1.000

3.1.1.1- Pessoal Civil	CR\$	486.000
3.2.5.2- Pensionistas	CR\$	32.500.000
3.2.5.6- Benefícios da Previd. Social	CR\$	500.000

Certo de que a nossa proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA.

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 180/85

Curitiba, 26 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná FUNDEPAR, até o valor de CR\$ 2.708.087.000 (dois bilhões, setecentos e oito milhões, oitenta e sete mil cruzeiros), destinados a cobrir despesas com transferência de capital aos municípios visando a construção de unidades escolares, bem como viabilizar a 2ª remessa de recursos às escolas do Estado, através de Recursos Descentralizados- SRD, com a seguinte discriminação:

Dotação: 6300.08070212.435 -

4.1.3.0- Investimentos		
Em Regime de Execução Especial -	CR\$	300.000.000

Dotação 6300.08421882.437

4.1.3.0- Investimentos em Regime de Execução Especial	CR\$	1.408.087.000
---	------	---------------

Dotação 6300.08431992.438

4.1.3.0- Investimentos em Regime de Execução Especial	CR\$	1.000.000.000
---	------	---------------

Os recursos para cobertura do supracitado crédito são oriundos da própria Entidade, conforme estabelecido pelo item II, do § 1.º do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Contando mais uma vez com os bons préstimos dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 238/85

Art. 1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até

o valor de CR\$ 2.708.087.000 (dois bilhões, setecentos e oito milhões, oitenta e sete mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR, com a seguinte discriminação.

Dotação: 6300.080/0212.435

4.1.3.0- Investimentos em
Regime de Execução
Especial CR\$ 300.000.000

Dotação: 6300.08421882.437

4.1.3.0- Investimentos em
Regime de Execução
Especial CR\$ 1.408.087.000

Dotação: 6300.08431992.438

4.1.3.0- Investimentos em
Regime de Execução
Especial CR\$ 1.000.000.000

Art.2.- Servirão para cobertura do crédito de que trata o art. 1º desta lei, recursos da própria entidade, em conformidade com o estabelecido pelo item II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 181/85

Curitiba, 26 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados em 15 de agosto de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a execução e implementação de atividades constantes do "III PROJETO EBTU/BIRD, subprojeto PROPAV", que visa a implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes públicos:

Município	N. de Convênio
Araucária	33/85
Piraquara	34/85
Colombo	35/85
São José dos Pinhais	36/85.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 182/85

Curitiba, 26 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com as partes, datas e objetivos conforme abaixo se menciona:

I - com o Município de Cambira, datado de 05 de agosto de 1985, visando fomentar a cafeicultura local através da produção, embalagem e distribuição de mudas de variedades de café;

II - com o Município de Ribeirão Claro, datado de 12 de agosto de 1985, visando a formação e manutenção de viveiros de mudas de café, para fomento e restauração da cafeicultura paranaense.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 183/85

Curitiba, 26 de setembro de 1985.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a permuta de um terreno de propriedade do Estado, com 3.659,16 metros quadrados de área, objeto da matrícula R/01/2.930 do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet, por outro do domínio do Município de Paulo Frontin, com área de 5.167,51 metros quadrados, parte de área maior, objeto da matrícula R/01/3.211 do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

A permuta de que trata o plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, visto que a área a ser recebida pelo Estado, além de maior, apresenta melhores condições técnicas para abrigar o Núcleo de Manutenção do DER na Municipalidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar terreno com área de 3.659,16 metros quadrados, localizado à Rua Esperança, esquina com rua projetada, no Município de Paulo Frontin, objeto da matrícula R/01/2930 do Livro 2, do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet, por outro do domínio do Município de Paulo Frontin, com área de 5.167,51 metros quadrados, parte da área maior, objeto da matrícula R/01/3211 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 185/85

Curitiba, 26 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação, ao Município de Piên, de terreno e benfeitorias nele existentes, situado à rua L, na sede da Municipalidade, objeto de transcrição n. 368, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro.

A doação de que trata o plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da comunidade a ser beneficiada, eis que, conforme informa o Senhor Prefeito de Piên, em expediente que me foi encaminhado, o imóvel será destinado à construção de prédio que abrigará as instalações da sede do executivo municipal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI N. 240/85

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Piên o terreno, e benfeitorias nele existentes, localizado à Rua L, na sede da Municipalidade, objeto da transcrição n. 368, às fls. 116 do Livro 3-A do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro.

Art. 2.º - O imóvel de que trata o art. 1.º destina-se à construção de prédio que abrigará as instalações da sede do executivo municipal.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofício n. 3819/85/DA/CEA/SC.

Curitiba, 30 de setembro de 1985.

Senhor Governador:

Tenho a honra de acusar o recebimento das Mensagens de Vossa Excelência, sob os números 176 e 177/85, de 25 do mês em curso; 178, 179, 180, 181, 182, 183 e 185/85, de 26 do corrente mês; e, 187 e 188/85, de 27 de setembro do ano em curso, cujos planos de Lei foram devidamente encaminhados nesta Casa.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, os meus protestos de alta estima e maior consideração.

(a) NILSO SGUAREZI

Presidente.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 187/85

Curitiba, 27 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, no dia 9 do próximo mês, com destino ao Paraguai, a fim de acompanhar o Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney, na visita que fará às instalações da Hidrelétrica de Itaipu.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 188/85

Curitiba, 27 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, no dia 29 de novembro próximo, com destino à Argentina, a fim de acompanhar o Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney, nas solenidades de inauguração da ponte ligando o Brasil àquele País, construída sobre o Rio Iguçu.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 270/84, de sua autoria com a seguinte ementa:

"Autoriza o Poder Executivo a isentar do ICM a parcela relativa ao acréscimo sobre as vendas a prazo".

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de Urgência na transcrição do Projeto de Lei n. 212/85, que autoriza o Poder Executivo abrir um crédito suplementar até o valor de Cr\$ 41.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte e quatro milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FSCMR, destinados a cobrir despesas que especifica.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei n. 211/85, que autoriza o Poder Executivo abrir créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 120.504.445.000 (cento e vinte bilhões, quinhentos e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do IPE, destinados a cobrir despesas com pessoal, custeio e capital.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n. 293/84, de autoria dos Deputados Adhail Sprenger Psassos e do que o presente subscreve, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná - ASUFEPAR.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Tendo ingressado na mesa em 31 de outubro de 1984, o projeto referido, ao qual se requer urgência na tramitação, declara de Utilidade Pública a ASUFEPAR.

Considerando que ocorreram eleições de renovação da diretoria da entidade, cumpre assegurar à atual gestão os méritos de tal conquista, o que só se dará com tramitação em regime de urgência da matéria.

Em cortesia à categoria dos funcionários da UFPR, solicita-se a aprovação do presente requerimento, para que se cumpram seus efeitos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n. 152/85, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada, da Ordem do Dia, do Projeto de Lei Complementar n. 85/84, de autoria deste Parlamentar, e a reinclusão do mesmo na Ordem do Dia de 09 de outubro do corrente.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 134/84, que acrescenta o item IV ao Artigo 9.º da Lei n. 7.257. de 30 de novembro de 1979. (isentando as empresas de Radiofusão, da Taxa de Segurança).

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação de voto de pesar pelo falecimento do Doutor LEOCLIDES MACEDO, ocorrido nesta Capital, no início deste mês.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

O Doutor LEOCLIDES MACEDO, mais conhecido com Doutor Léo, foi, em nossa Capital, durante mais de 40 anos, advogado militante.

Formado na Universidade Federal do Paraná, intransigente defensor da justiça, faleceu aos 79 anos de idade, ainda dando pareceres e orientando sua clientela, que legou aos filhos que lhe seguiram, sempre em defesa dos humildes e da ciência jurídica.

Em vida, teve atuação na campanha da Revolução de 1930, em favor de Getúlio Vargas, tendo também liderado movimento para a ereção do busto de Ruy Barbosa na Praça Tiradentes, nesta Capital.

Viúvo da Professora Zica Franco de Macedo, deixou três filhos, também advogados, e uma filha. Era sogro da Professora Terezinha Sobieray Macedo, Inspetora de Ensino aposentada, em Londrina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, ao final

assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos da presente sessão, VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento da Senhora MARIA DE LOURDES DE PAULA, ocorrido no dia 20 do mês em curso, na cidade de Cruzeiro do Oeste, neste Estado.

Requer, ainda, que da aprovação do presente, se dê ciência à família enlutada, através do ilustre Vereador Geraldo Chagas Alves, filho da pranteada.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, dentro do que prevê o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, na parte que trata das licenças, dirige-se a Vossa Excelência para REQUERER obtenção de licença por 30 (trinta) dias, a contar da concessão oficial da Licença pela Casa, para tratamento de sua saúde, instruindo o presente pedido com laudo de inspeção de saúde, subscrito por três médicos.

Contando com as considerações de Vossa Excelência, bem com dos Senhores Deputados, valho-me da oportunidade para antecipar agradecimentos e permanecer ao dispor de Vossas Excelências para qualquer outra in formação e me valer deste ato para deixar evidente minha estima consideração.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE

LAUDO MÉDICO N. 26/85

Aos vinte e seis dias de setembro de 1985, a Junta Médica infra assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Deputado Nelson Guimarães Vasconcellos concluiu achar-se o mesmo com 309.0 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte) necessitando de 30 dias de licença, para tratamento a partir de 26/09/85.

(aa) JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO

Médico Chefe da Junta.

JACKSON M. BADUY

Membro

(Assinatura Ilegível)

Membro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja convocado para prestar esclarecimentos a esta Casa, o Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Senhor Francisco Simão, com vistas a debater a respeito do Projeto de Lei n. 11/85 de autoria do De-

putado Paulo Furiatti.

Tal proposta se prende ao fato de o Senhor Secretário ter encaminhado memorial assinado pelo Coordenador do Programa Paranaense de Microdestilarias, onde consta expressamente ser desnecessário um projeto de lei sobre o zoneamento agrícola nos moldes apresentados.

Nada mais justo pois que venha a esta Casa o Senhor Secretário da Indústria e Comércio, explicar suas razões e debater com os Deputados a respeito de matéria de tamanho interesse ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, de VOTOS DE CONGRATULAÇÕES dirigido às Secretarias deste Poder, bem como às Secretárias em geral, pelo transcurso do DIA NACIONAL DA SECRETARIA.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado VOTO DE CONGRATULAÇÕES pela passagem do 80.º aniversário da S.A. MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS, sediada no Município de Santos, no vizinho Estado de São Paulo, dando-se ciência da aprovação do presente expediente ao Senhor GERALDO NICOLAU CELANO, Gerente Geral da Empresa na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A S/A., Moimho Santista Indústrias Gerais, foi criada na cidade de Santos, no vizinho Estado de São Paulo, em 30 de setembro de 1905.

Atuando nas áreas têxtil, alimentícias, seguros e mineroquímico, vem contribuindo há mais de um quarto de século, para o desenvolvimento tecnológico e industrial brasileiro.

Da mesma forma, incentiva as atividades culturais, tendo instituído o Prêmio Estímulo ao Estatuto, concedido a nível de bolsas de estudos a seus funcionários e o Prêmio Moimho Santista, criado há mais de 30 anos, concedido às personalidades que mais se destacaram por suas realizações culturais, científicas e artísticas. Suas indústrias estão instaladas em diversas localidades do País, inclusive na cidade de Ponta Grossa no Estado do Paraná.

Assim, na data em que comemora seus 80

anos de existência, é justo que se preste essa homenagem, a ser transmitida à sua Diretoria, em São Paulo, através do Gerente Geral da Indústria em Ponta Grossa, Senhor Geraldo Nicolau Celano.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de CONGRATULAÇÕES à Classe dos RADIALISTAS, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo transcurso do DIA NACIONAL DO RADIALISTA, comemorado no último dia 21 de setembro.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor NEWTON MARTINS DE OLIVEIRA, Mui Digno Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Rádio Difusão do Estado do Paraná - Praça Carlos Gomes n. 211 - 1.º and. S/08 - 80000 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 30/09/85./

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações dirigidos à Televisão Cultura Canal 8 pela comemoração dos seus 10 anos de funcionamento, ocorrido na Municipalidade de Maringá, com conseqüente encaminhamento ao Diretor Geral Nilson Tadeu Reis Campos Silva.

Não há a menor dúvida que Maringá, bem como sua região, além de grande parte do Estado, modificou-se muito a partir do dia 25 de setembro de 1975. Nesta data, num esforço que reunia profissionais e empresários com grande talento, entrava no ar a Televisão Cultura Canal 8.

Os hábitos da população modificaram-se grandemente, vez que a televisão apenas iniciara seu processo que a tornaria mais tarde como veículo de massa. Os desafios eram muitos. Mas a força e a disposição para vencê-los era maior ainda.

Após uma década de ininterrupta programação, o Canal 8 comemora os seus dez anos com a certeza de ter conquistado o respeito e a admiração do grande público que ela tem, e que se amplia cada vez mais.

Por estar intimamente ligada ao desenvolvimento do Paraná, particularmente da região de Maringá nestes anos todos, não poderia deixar de Requerer, para efeito de registros nos Anais deste Poder Legislativo, os cumprimentos àquela Emissora de Televisão, estendendo-se os cumprimentos aos valorosos integrantes dos quadros de trabalho, uma equipe de competentes profissionais.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado voto de louvor e reconhecimento ao jornal "Gazeta Mercantil", na pessoa de seu Presidente doutor Herbert Victor Levy e titular da Sucursal de Curitiba, Claudio Lachini, a quem encarece seja formalizada comunicação.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A atenção dedicada pelo jornal "Gazeta Mercantil" à cobertura dos acontecimentos ligados à vida paranaense e especialmente à defesa das aspirações maiores da Comunidade merecem o reconhecimento e a gratidão da classe política. O encarte especial, veiculado em sua edição de 25 de setembro último acerca da Ferrovia da Produção evidencia, uma vez mais, a importância da contribuição que os meios de comunicação podem oferecer ao desenvolvimento do Estado e à definição de seus rumos futuros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos diretores e funcionários da Televisão Cultura, Canal 8, de Maringá, os votos de congratulações, deste Poder, pela passagem de mais um aniversário.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Garbi, Digníssimo Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Telefone Público, no Armazém do Senhor Aristeu Juncos Pepe, situado à Rua Romãzeira, 137, em Ponta Grossa, para servir o Núcleo Habitacional Santa Paula.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Habitacional Santa Paula, situado nas proximidades da Rodovia do Café, no perímetro urbano de Ponta Grossa, é composto de 2.500 casas, abrigando cerca de 10.000 moradores.

Inexistindo telefone público nas proximidades, a reivindicação torna-se merecedora de acolhimento, por ser justa e oportuna.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido da realização de reformas gerais, em caráter emergencial, na Escola Estadual Castelo Branco, localizada em Bela Vista do Ivaí, pertencente a Municipalidade de Fênix.

O apelo neste sentido é fruto de uma manifestação conjunta dos Vereadores, e do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, através do Ilustríssimo Senhor Amadeus Marques de Oliveira, Presidente.

Segundo informações prestadas por lideranças daquele Município e particularmente daquela localidade, o referido estabelecimento está com suas instalações em estado de grande precariedade, havendo parte das mesmas que a situação é de completa precariedade.

Visando pôr fim ao citado problema e sobretudo a fim de garantir segurança e tranqüilidade aos seus integrantes, espera-se que essa EMOPAR e Secretaria da Administração tomem as providências que se fizerem necessárias e que as mesmas deem-se de modo mais urgente possível.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o envio de um gabinete dentário para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Municipalidade de Campina da Lagoa.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado em Campina da Lagoa, tem, entre tantas atribuições, a incumbência de proporcionar atendimentos para seus associados, no que diz respeito à saúde dos mesmos.

Visando criar condições que assegurem o cuidado com a saúde, a Diretoria da referida entidade classista, conforme deliberação, pretende pôr à disposição das pessoas, um gabinete para atendimento dentário.

Entretanto, para concretizar a pretendida e justa reivindicação, faz-se necessário que essa Secretaria determine, mediante disponibilidade financeira, recursos que permitam a implantação do citado benefício.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação objetivando a realização de estudos no sentido da implantação do 2.º grau na Escola Estadual Castelo Branco, localizada no Distrito de Bela Vista do Ivaí, pertencente a Municipalidade de Fênix.

Inúmeros são os fatores que bem justificam a implantação do 2.º grau em Bela Vista do Ivaí. Possui um número de habitantes, cuja significação verifica-se na produção que a referida localidade dá, em termos de arrecadação e produção agrícola ao município de Fênix, ao qual pertence.

Mas do que isto, é grande o contingente de jovens que têm que se deslocar até a sede do Município a fim de prosseguir, quando terminam o 1.º grau, seus estudos. Muitos, entretanto, principalmente por razões materiais e econômicas, desistem de frequentar os bancos escolares ante as dificuldades que lhe são impostas.

Neste sentido, conforme apelo do conjunto de Vereadores daquela cidade, bem como do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, através de sua Executiva, somente a implantação do 2.º grau poria fim definitivamente, ao elevado número de jovens que atualmente não têm acesso ao 2.º grau; ademais, a Escola Estadual Castelo Branco reúne condições a altura de comportar o aludido benefício que ora pretende-se.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR-Telecomunicações do Paraná, encarecendo a instalação de um posto de telefonia no Distrito Administrativo de Arapuã, pertencente à municipalidade de Janiópolis.

Recentemente, realizou-se mais uma Sessão da Câmara Municipal de Janiópolis. Dentre as inúmeras solicitações, incluía-se a de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Irineu D'Angelo. Na condição de Vereador, preocupado com o bem-estar social da população, está propondo a essa Companhia, a implantação de um posto de telefonia em Cinco Marcos, região que faz parte do Dis-

trito Administrativo de Arapuã.

A justificativa apresentada pelo nobre integrante do Poder Legislativo é no sentido de que a citada localidade tenha condições de comunicar-se principalmente com a sede do Município.

Neste sentido, face ao exposto, espera-se, por tratar-se de uma justa e antiga reivindicação, que essa Companhia, mediante disponibilidade financeira, determine o pronto atendimento de autoria de Irineu D'Angelo.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo, em caráter emergencial, a liberação de materiais de limpeza para o setor educacional da municipalidade de Peabiru.

O município de Peabiru no que trata ao setor educacional da zona rural, vem enfrentando uma série de dificuldades. Principalmente as escolas que pertencem a sede municipal. O problema reside notadamente na falta de materiais para a limpeza dos referidos estabelecimentos.

Por outro lado, esforços por parte do conjunto da comunidade não tem faltado. Entretanto, mesmo com as realizações visando a arrecadação de recursos para atender as necessidades de cada escola, tais práticas têm se revelado insuficientes para as finalidades propostas..

Neste sentido, conforme salienta em correspondência encaminhada pelo Departamento Municipal de Educação, assinada pelo titular do órgão, Ilustríssima Senhora Sueli Siqueira Lima, a participação dessa Fundação e Secretaria de Educação é de fundamental importância; esperando, deste modo, a liberação de materiais de limpeza para o que ora se pretende.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Esta-

do da Educação, no sentido da instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual Professor João Faria da Costa - Ensino de 1. e 2. Graus, localizado na Municipalidade de Nova Cantu.

A presente solicitação basea-se em iniciativa da Ilustríssima Senhora Florinda Catarina Fontana, que, como Diretora e em nome também do conjunto de professores daquele conceituado estabelecimento de ensino, afirma ser de fundamental importância a instalação, num menor prazo de tempo possível, de um telefone, visto que, com o mesmo, será possível, também, agilizar os trabalhos relativos àquela escola, notadamente com relação a comunicação de um modo geral.

Face ao exposto, espera-se, deste modo, o encaminhamento de medidas que, efetivamente, venham de encontro que esta que é, sem dúvida, uma justa aspiração.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário sejam enviados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado da Administração e Diretor Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, - I.P.E., solicitando a instalação de uma Agência na cidade de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Os serviços administrativos do Estado são atendidos por mais de meia centena de servidores lotados no Município de Ortigueira.

A profícua gestão do Prefeito Antônio de Oliveira Mattos, tem procurado, em colaborar com os mais diversos setores da administração, dotar aquela comunidade da melhor infra-estrutura possível.

Entendo os bons propósitos de seus dirigentes incluindo-se a Edilidade, a população local vem apoiando, de maneira decisiva, suas iniciativas.

Assim, para facilitar a imediata instalação da Agência do I.P.E., o Município está oferecendo o local e funcionários para atender as partes interessadas.

A reivindicação é justa e certamente será merecedora de atenção da Superintendência daquele Instituto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma quadra esportiva para a Escola Estadual Castelo Branco, localizada no Distrito Administrativo de Bela Vista do Ivaí, pertencente a municipalidade de Fênix.

Fora de qualquer dúvida, trata-se de uma antiga reivindicação, pois, nos dias de hoje, a citada escola simplesmente não dispõe de um local onde possa se desenvolver a prática da educação física.

Neste sentido, vindo de encontro aos interesses da Escola Estadual Castelo Branco, manifestados através do Ilustríssimo Senhor Amadeus Marques de Oliveira, que preside o Diretório do PMDB local; — e de todos os vereadores da Câmara Municipal daquele Município; o presente requerimento tem por finalidade essa Secretaria de Estado da Cultura e Esporte liberar os recursos financeiros que forem necessários para a concretização do que ora é solicitado.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à UPE - União Paranaense dos Estudantes pela inauguração da sede reformada daquela Entidade, com conseqüente encaminhamento ao Jovem Presidente Ari Decker.

Objetivando a organização do estudantado universitário, através de uma entidade de que os representasse, foi criada, em 1968, a UPE. Ela surgia no bojo das questões específicas e gerais da sociedade, frutos dos debates que já na época começaram a ser intensos.

1968. Neste ano, a ditadura militar, que golpeará a Nação tomando o Poder quatro anos antes, iniciara um processo visando dissolver todas as forças democráticas e progressistas do País, a fim de garantir de modo mais seguro a sua sistemática de governo, que era o autoritarismo. Neste sentido, de forma prepotente reprimiu a juventude, fechando a UPE naquela data.

Todo o seu patrimônio, construído graças à capacidade de organização dos universitários, era destruído.

Doze anos mais tarde, exatamente na cidade de Londrina era então, através de um grande Congresso, reconstruída a UPE. Fora de qualquer dúvida, naquele evento,

1980, era caracterizado a forte disposição dos estudantes em buscar, de maneira decidida e consciente, a rearticulação do movimento estudantil.

Desde então dois objetivos nortearam a linha de atuação da UPE. Primeiramente preocupava-se sempre com a discussão política em todos os sentidos, principalmente com relação a Universidade, bem como as preocupações da juventude. E, noutro aspecto, entendia também ser de fundamental importância a organização material, forma indispensável como instrumento das lutas encampadas.

Em regime de comodato, o Governador do Estado, em 1983, no mês de dezembro, devolveu a sede que por direito e de fato sempre foi patrimônio dos estudantes paranaenses.

A atual gestão "Travessia" num trabalho incansável, no último sábado concretizou um antigo anseio de toda classe. Dentro de uma bonita e representativa solenidade, que aliás contou com vários segmentos da sociedade (Partidos Políticos, autoridades, entidades de classe) além de ex-dirigentes da entidade; a UPE reinaugurava sua sede, cujo o seu interior, no passado, foi palco de diversos debates, onde surgiram lideranças das mais expressivas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não poderia furtar-me deste momento que é seguramente histórico, não apenas para os estudantes universitários e para a juventude, mas para toda a coletividade paranaense. Pois a UPE, como nos idos do surgimento, simbolizará sempre parte das fases de resistências ao arbítrio do regime entreguista instalado nestes últimos 21 anos. Mas, sobretudo, a UPE representará, também, o pensamento democrático, os ideais libertários, a sociedade justa e igualitária que se almeja.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando os seguintes benefícios ao Distrito de IRERÊ, município de Londrina:

- destacamento de mais um policial;
- aquisição de uma viatura policial;
- aquisição de um telefone;
- construção de muro no terreno da Delegacia de Polícia;
- canalização lateral para escoamento de água no terreno da cadeia.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando os seguintes benefícios para o Distrito de São Luiz, município de Londrina:

- construção de cadeia pública;
- aquisição de equipamentos, móveis e utensílios para a cadeia pública;
- aquisição de uma viatura policial.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando policiamento para o Distrito de Borbônia, município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional do Distrito de Borbônia nos últimos anos trouxe consigo problemas de insegurança que se verifica até mesmo em cidades de pequeno e médio porte, por isso, os moradores daquele distrito, em reunião realizada recentemente, solicitam policiamento no distrito em pauta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Max Rosenmann MD. Superintendente do IPE, solicitando instalação de farmácia do IPE, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Os trabalhos de atendimento aos associados do IPE, notadamente na gestão do Dr. Max Rosenmann, atual Superintendente desse Instituto, atingiram elevado grau de perfeição e humanismo. Por este motivo, dezenas de associados do IPE, na cidade de Campo Mourão estão solicitando a instalação de farmácia para que possam usufruir de descontos e preços especiais na aquisição de remédios e produtos farmacêuticos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando, através da FUNDEPAR, dois bebedouros e um congelador para a Escola Estadual "Arnaldo Coneglian", Ensino de 1.º Grau, na cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 25/09/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O equipamento acima é necessário no fornecimento de água filtrada aos alunos da escola e na manutenção adequada dos gêneros alimentícios perecíveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Max Rosenmann, MD. Superintendente do IPE, solicitando agilização do processo de aposentadoria da senhora Tereza dos Passos, protocolos 23772/84 e 23773/84, de 28.12.1984, viúva do falecido cabo reformado da Polícia Militar de Curitiba.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A senhora Tereza dos Passos vem passando por sérias dificuldades financeiras, juntamente com seus filhos, tendo em vista que até o momento os processos de seguro de vida e pensão, citados acima, ainda não foram liberados por esse instituto. A presente solicitação nos foi transmitida pela viúva Tereza dos Passos e por amigos do ex-cabo reformado da PM, João Franco de Oliveira, que se mostram preocupados com a situação de vida dos familiares do falecido que, durante sua existência, dedicou-se à manutenção da ordem pública no cumprimento de seus deveres.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a remessa de expediente ao Senhor Gilberto Geraldo Garbi, Digníssimo Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um posto telefônico na localidade Fazenda Fortaleza, situada nas proximidades do Km.63 da Rodovia Transbrasiliana no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A localidade onde está situada a Fazenda Fortaleza, é formada por diversas propriedades produtores de soja, milho, trigo, arroz e feijão.

Pela sede da fazenda transitam trabalhadores rurais e proprietários agrícolas que exercem suas atividades na região.

Situada entre o Distrito de Ventania, a Colônia Santo Amaro dista cerca de 25 Km. da sede do município de Tibagi.

Considerando que o Posto Telefônico atenderá aproximadamente 500 pessoas, e a reivindicação torna-se merecedora da atenção da TELEPAR, da qual aguardamos resposta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, solicitando a transformação de Rancho Alegre (município de Goioerê) em Distrito Judiciário, na próxima organização judiciária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Fatores como: distância entre Rancho Alegre e Goioerê; crescimento populacional e necessidade de agilização das questões de interesse da comunidade, nos levam a fazer a presente solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, sejam encaminhados expedientes ao Excelentíssimos Senhores DENI LINEU SCHWARTZ, Digníssimo Secretário dos Transportes, e TOYOSHI SAKAI, Mui Digno Engenheiro Chefe do 9.º Distrito Rodoviário Federal - D.N.E.R., solicitando-lhes seja dado acesso da segunda pista de rolamento, ora em construção na Rodovia BR-376, ao Posto Panorâmico Vila Velha.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O "Complexo Panorâmico", situado em Vila Velha nas proximidades do Km 83 da BR-376, tem sido de muita utilidade ao Turismo de nosso Estado.

O Ofício n. 521/85, da lavra do Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da PARANATUR, referenda a solicitação feita pela empresa proprietária do Posto-Restaurante Panorâmico nesse sentido.

Tendo em vista que a duplicação da pista está em fase de construção, acreditamos que ainda há tempo para se adaptar o projeto, atendendo-se essa reivindicação, que nos parece justa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Secretária da Educação, Professora GILDA POLI ROCHA LOURES; ao Excelentíssimo Secretário do Planejamento, Doutor OTTO BRACARENSE COSTA; ao Excelentíssimo Secretário das Finanças, Doutor JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS, solicitando que na Suplementação Orçamentárias daquelas Secretarias, seja incluída a Fundação "Casa do Estudante Universitário" do Paraná - CEU.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná" - CEU, atravessa por momentos difíceis ocasionados, principalmente, pela desenfreada inflação que assola o nosso País. Diante de tal dificuldade, é justo que as autoridades voltem suas atenções para a CEU, entidade que hospeda estudantes carentes em recurso financeiros, em sua totalidade, provindos do interior do Estado. De Agosto a Novembro/85, a CEU dispenderá Cr\$ 273.629.117, (Duzentos e Setenta e Três Milhões, Seiscentos e Vinte e Nove Mil Cento e Dezesse Cruzeiros). O valor em referência é baseado no custo diário, por morador, que recebendo: café da manhã, almoço e jantar, custa Cr\$ 5.156, (Cinco Mil, Cento e Cinquenta e Seis Cruzeiros). Atualmente a CEU abriga 410 estudantes. A formação profissional desses 410 jovens depende da compreensão, do estímulo e do apoio de nossas autoridades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, Doutor Francisco Waldir Pires de Souza, no sentido de que seja revista a tabela de vencimentos dos Agentes do Funrural e INPS em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

Prende-se tal solicitação ao fato dos atuais vencimentos estarem aquém da

realidade mínima necessária, a que fazem juz os referidos servidores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, para que seja estudada a possibilidade da construção de uma cancha de esportes na Escola Vila Lobos, no Distrito de Laranjal, município de Palmital.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) TRAJANO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando os seguintes benefícios aos Distritos de GUARAVERA, município de Londrina:

- reforma de viatura policial;
- reforma do prédio da Delegacia de Polícia;
- aquisição de quatro pneus;
- aquisição de uma arma longa;
- aquisição de uma máquina de escrever;
- aquisição de um telefone.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando os seguintes benefícios ao Distrito de MARAVILHA, município de Londrina:

- construção de cadeia pública;
- destacamento de um policial;
- aquisição de uma viatura policial;
- aquisição de móveis e utensílios para a Delegacia.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando os seguintes benefícios para o Distrito de WARTA, município de Londrina:

- construção de cadeia pública;
 - aquisição de uma viatura policial.
- Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando os seguintes benefícios ao Distrito de LERROVILLE, município de Londrina:

- construção de cadeia pública.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando os seguintes benefícios ao Distrito de PAIQUERÊ, município de Londrina:

- aquisição de uma viatura policial.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, solicitando os seguintes benefícios para o Distrito de TAMARANA, Distrito de Londrina.

- destacamento de mais um policial.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, solicitando a revisão de indeferimento oposto no processo GTE - FAS n. 6028-9/85 em 07/85, pelas razões que anexa.

Sala das Sessões, em 30/09/85.

(a) TRAJANO BASTOS.

Guarapuava, 23/09/85.

À

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social -

FAS

BRASÍLIA - DF.

Prezados Senhores.

Ref. GTE-FAS n. 6.028-9/85 em 07/85

Tendo conhecimento do indeferimento pelo CONASP, sobre o referido processo, principalmente quanto ao n. de leitos existentes no Município de Palmital, Paraná, tomamos a liberdade de anexar uma certidão datada de 16.09.84, fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, através da agência que comporta a Microrregião sediada em Guarapuava, Pr., a qual o Município do Palmital pertence.

A referida certidão nos traz dados, principalmente sobre o distrito de LARANJAL, Município de Palmital, Pr., sobre o qual deve ser analisado o referido projeto, não deixando de observar que do município de PALMITAL, foi desmembrado no ano de 1982, o Município de ALTAMIRA, com 8.502 habitantes, sendo que o distrito de LARANJAL contou no respectivo recenseamento de 1980, com a população de 11.721 habitantes, portanto superior a do Município desmembrado, ou seja Altamira.

Também o INAMPS deixou de comunicar o número correto de leitos credenciados, para o Município de PALMITAL o qual no momento é de 70 (setenta) leitos, sendo no entanto autorizados para fins de atendimento hospitalar somente 52 (cinquenta e dois) leitos.

Outrossim devemos levar em consideração que na referida localidade, distrito de LARANJAL, não existe nenhum posto de saúde, ou outro meio de atendimento médico-hospitalar, a não ser o consultório médico de atendimento tão somente a nível de consulta em três dias da semana, efetuadas pelo sócio proponente, ou seja o Dr. Humberto Sá, isto em sua própria residência, a qual não comporta, atendimentos a nível de internamentos.

O sócio da proponente, Dr. Humberto Sá, atende em média, 30 (trinta) consultas por dia, sendo que pelo menos em 5 (cinco) recomenda-se internação em hospitais da região circunvizinha, os quais já não comportam os de suas localidades, quanto mais os da região da proponente.

Também, devemos levar em consideração que a instalação de um Hospital modernamente aparelhado, não só trará benefícios a localidade da proponente, mas também as cidades circunvizinhas, que com isso poderão melhor atender os pacientes de suas localidades.

Embora a Organização Mundial de Saúde recomende, 4.8 leitos para fins de atendimento médico hospitalar, e o INAMPS esteja

defasado com sua pretensa fórmula de 1,2, há regiões que devido a sua composição física e social, necessitam de mais atendimentos, como a da proponente, que embora se situe num Estado considerado de nível adiantado, tanto social, como economicamente, a qual está relegada atualmente a planos políticos e sociais secundários, visto que inexistem estradas condizentes (de péssima conservação não pavimentadas), dificultando comunicação com as localidades vizinhas, principalmente em épocas de chuvas, quando pacientes chegam a falecer por falta de atendimento.

Conforme correspondência datada de 19 de março de 1985, ao sócio proponente, Doutor Humberto Sá, diretor clínico do Hospital Albert Schweitzer Ltda., médico credenciado para atendimento na região, o Superintendente do INAMPS da Microrregião de Guarapuava- Pr., a qual pertence a proponente, e por conhecer as necessidades da região assim se pronunciou:

"O INAMPS tem interesse em credenciar Hospitais nas áreas carentes, para atendimento aos seus segurados".

"Em se tratando de construção e implantação de Hospital, deve o mesmo após estar em funcionamento normal, solicitar o credenciamento, dentro das normas que regem o assunto e com processo próprio".

Ainda conforme informações verbais junto a Superintendência da Microrregião de Guarapuava, Pr., ficamos sabendo que no Município de Altamira, criado em 1982, existem tão somente 20 (vinte) leitos considerados aptos para credenciamento, no entanto somente 08 (oito) leitos são autorizados para fins de internamentos médico-hospitalares pelo INAMPS.

Sendo portanto os Municípios de Altamira e Palmital distantes aproximadamente 30 (trinta) quilômetros da sede do distrito de LARANJAL, local da proponente, deduz-se pelos números apresentados, e outros dados ora fornecidos, que a região da proponente é carente de leitos médico-hospitalares, isso sem levarmos em conta que a referida região pleiteia a sua emancipação política do município de Palmital, visto que, devido ao seu progresso, e desleixo com que é levada pelo município sede, tal pretensão é prioritária da região, e com a construção de um hospital, já lhe daria também a emancipação, principalmente em atendimentos da necessidade primária.

Devemos levar em consideração que a proponente não efetivará convênios tão somente com o INAMPS, mais sim, com outras entidades, tais como: Sindicatos Patronais e dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos das Indústrias e do Comércio da Região, IPE, Instituto de Previdência do Estado, Convênios com Empresas e outros, de menor porte.

Diante de todo o exposto, solicita pela presente a retificação do indeferimento do CONASP, assim como pela continuação do processo do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social- FAS, para que seja atendida uma região carente de saúde, e seja principalmente feita justiça aos anseios de um povo, que clama por liberdade, e saúde.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

(a) p/Hospital Alberto Schweitzer Ltda
Dr. HUMBERTO SÁ
Sócio-Diretor Clínico.

Acompanham a presente.

- 1) Certidão IBGE, de 16.09.85.
- 2) Correspondência INAMPS de 19.03.85.

C E R T I D ã O

CERTIFICO para os devidos fins, e atendendo pedido de interessado, que de acordo com o CENSO DEMOGRÁFICO, Volume 1, Tomo 3, Número 18- IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL DE 1980, publicação editada pela FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, o município de PALMITAL - Estado do Paraná, contou em 1980, com a população de 34.064 (trinta e quatro mil e sessenta e quatro) habitantes. CERTIFICO outrossim, que o distrito de LARANJAL, pertencente ao município de PALMITAL, contou em 1980 com a população de 11.721 (onze mil, setecentos e vinte e um) habitantes. Do município de PALMITAL, foi desmembrado no ano de 1982, o município de ALTAMIRA DO PARANÁ, com 8.502 (oito mil, quinhentos e dois) habitantes, restando para o município de PALMITAL, uma população de 25.562 (vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois) habitantes.

OBSERVAÇÃO: Levando-se em conta tratar-se de uma região que vem crescendo bastante, podemos estimar, extra-oficialmente, um percentual de crescimento na ordem de 4% (quatro por cento) ao ano, e desta forma, o município de PALMITAL, no ano de 1985, deverá estar aproximadamente com um total de 31.098 (trinta e um mil e noventa e oito) habitantes, isto já excluída a população do município de ALTAMIRA DO PARANÁ, desmembrado de PALMITAL. O distrito de LARANJAL, deverá estar em 1985, baseada na mesma estimativa (extra oficial), com uma população na ordem de 14.258 (quatorze mil, duzentos e cinquenta e oito) habitantes.

E, por ser verdade, passo e firmo a presente certidão.

Guarapuava, em 16 de setembro de 1985.

(a) DIÓGENES GUIMARÃES PUPO.

Chefe da Agência do IBGE em
Guarapuava

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o § 2.º do Art. 20, da Constituição do Estado do Paraná, REQUER, após ouvido o Plenário, Pedido de Informação ao Senhor Secretário dos Transportes sobre a ponte de transposição do Rio Leão/Rio Herveiro na PR 239, no trecho Campina da Lagoa-Ubiratã, objeto da Apostila n. 278/84, ao Contrato de Empreitada n. 184/85, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e a firma TERCAV- Terraplenagem e Construção Ltda, apostila publicada no Diário Oficial do Estado de 12.11.84, para que se informe e se encaminhe a esta Assembléia o que segue:

- 1- Cópia do Edital de Licitação para a construção da referida ponte;
 - 2- Cópia da homologação da concorrência;
 - 3- Cópia do contrato social da firma vencedora e com a qual foi celebrado o contrato de construção;
 - 4- Cópia da Ordem de Serviço para a execução da obra;
 - 5- Localização exata da ponte objeto do contrato de empreitada, mencionando-se a quantos quilômetros e metros dista de Campina da Lagoa ou entre que marcas de quilometragem se localiza;
 - 6- Cópia do laudo de vistoria atestando a conclusão da obra;
 - 7- Cópia do recibo da empreitada relativo a importância havida com a construção da ponte;
 - 8- Foto das diferentes etapas de construção e da ponte concluída.
- Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1985
(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.
Líder do PDS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o § 2.º do Art. 20 da Constituição do Estado, REQUER, após ouvido o Plenário, Pedido de Informação ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração, tendo em vista orientar a análise da Mensagem Governamental n. 155/85, sobre o que segue:

- 1- Do Total de CR\$ 120.504.445.000 solicitado como Crédito Suplementar, quanto será destinado para atender despesas: a) com Pessoal; b) com Material de Consumo; c) de Escritório; d) com PASEP; e) com Seguros de Vida e Auxílio Funeral; f) com Serviços Médicos; g) com Aquisição de Medicamentos para a Farmácia e h) com o Pagamento de Pensionistas, mencionando-se a

variação percentual entre o inicialmente previsto para o corrente exercício em cada um desses itens e os valores acrescidos com a suplementação.

2- Qual o montante dos recursos do IPE que estão sendo destinados para aplicações imobiliárias e mobiliárias, relacionando-se as aplicações efetuadas nos exercícios de 1983, 1984 e no presente exercício.

3- Especificar as aplicações efetuadas para a construção, instalação, ampliação e melhorias de creches para filhos de segurados do Instituto.

4- Cópia da ata da reunião do Conselho de Administração que elaborou o programa de aplicações constante da Mensagem n. 155/84.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1985

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 222/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarado de Utilidade Pública o CLUBE DA JUSTIÇA DE CASCAVEL, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1985

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O Clube da Justiça de Cascavel, fundado em agosto de 1981, que pretendemos seja declarado de Utilidade Pública, é uma sociedade civil recreativa.

Desde a sua fundação, a entidade vem promovendo atividades sociais, culturais e esportivas em benefício da população de Cascavel, conforme suas normas estatutárias.

A documentação anexa, atesta nossa justificativa, como também preenche os requisitos legais.

Assim sendo, solicito aos nobres Pares desta Casa o devido apoio para o presente plano de lei, como sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 232/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica denominada de RODOVIA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, a Rodovia que interliga o Município de Marialva aos Distritos de Aquidaban e Cambuí.

Art.2.º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1985

(a) FERRARI JÚNIOR.

PROJETO DE LEI N. 233/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica denominada de RODOVIA PREFEITO MISDEI MORESCHI, a Rodovia PR-546, que interliga os Municípios de Floresta, Itambé a Bom Sucesso.

Art.2.º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1985

(a) FERRARI JÚNIOR.

PROJETO DE LEI N. 234/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

Art.1.º- O servidor contratado, da administração direta e indireta do Estado, investido em Mandato de Deputado, Prefeito ou Vereador, e afastado do cargo para o exercício de tal função, terá assegurado seu emprego após o término do exercício de seu mandato.

Parágrafo Único- É vedada a dispensa do servidor, conforme o previsto no "caput" deste artigo, a partir do registro de sua candidatura, até 180 dias após o término do exercício de seu mandato.

Art.2.º- Caso não seja eleito, o servidor o mesmo direito assegurado, até 90 dias após a apuração do resultado do pleito.

Art.3.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1985

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA: A presente lei visa-se dar o devido amparo aos servidores do Estado, regidos pela C.L.T., que venha a exercer mandatos eletivos.

Há que se reconhecer o direito que esta classe de servidores tem de participar de disputas eleitorais. Direito este que, embora não seja expressamente negado ao servidor celetista, muitas vezes lhe é cerceado pelo fato de ver seu emprego perdido ao término do exercício de seu mandato.

A Carta Magna, em seu artigo 404, propicia esta possibilidade ao servidor público federal, estadual e municipal, assim como a Constituição do Estado assegura

o mesmo direito, em seu artigo 79, aos funcionários estatutários, garantindo-lhes o retorno ao emprego, após o término de seu mandato.

Os mesmos direitos e garantias são atribuídos aos empregados das empresas privadas eleitos para cargos de administração sindical, conforme estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho em seu artigo 543 e parágrafos.

Nada mais justo e oportuno, portanto, que o reconhecimento destes mesmos direitos e garantias aos servidores do Estado regidos pela C.L.T., (contratados), razão pela qual solicito o apoio dos nobres pares para o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N. 235/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica revogado o parágrafo único do artigo 18, da Lei n. 7567/82 (Regimento de Custas).

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1985

(a) OSVALDO ALENCAR FUSTADO.

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo legal que se pretende revogar, estabelece que as quantias adiantadas, como antecipação do pagamento das custas judiciais, não serão corrigidas quando o processo vier a extinguir-se por desistência ou acordo entre as partes.

O mencionado parágrafo é exceção à regra geral de que os adiantamentos, por conta de custas, devam ser corrigidos.

Como todos os adiantamentos de numerários têm sempre a mesma natureza e finalidade, não há razão para que a correção monetária deixe de incidir, somente pelo fato de ter havido transação ou desistência.

A revogação do parágrafo se impõe para que haja um tratamento igual entre as partes, não importando a forma de extinção do processo, corrigindo-se sempre, as quantias adiantadas a título de custas.

PROJETO DE LEI N. 236/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica denominada "Rodovia Francisco Deliberador", a estrada que liga Ibiporã-Sertãoópolis; (PR. 090).

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1985

(aa) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

10 de dezembro de 1901. Neste dia, nascia no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais, Francisco Deliberador. Pertencia a uma família humilde. Desde os tempos de infância, incentivado pelos pais, Francisco já demonstrava na prática grande vocação para o trabalho, contribuindo significativamente nos afazeres domésticos.

Objetivando novos horizontes, onde pudesse transformar seus sonhos de juventude em realidade concreta, Francisco Deliberador decidiu chegar ao Paraná em 1924. A região escolhida era do Paranapanema, exatamente onde situa-se atualmente o Município de Sertãoópolis.

O ambiente que foram encontrado tipificava o que era grande parte do nosso Estado. Extensas áreas de matas verdejantes e rios de águas límpidas, cenários do "habitat" natural de muitos animais ferozes. Tudo enfim, representava desafios. Grandes aliás.

A coragem era uma das características mais notáveis de Francisco Deliberador, soando-se a sua grande disposição de luta. Seu espírito pioneiríssimo e empreendedor permitiu o surgimento das primeiras bases sociais. Nesta mesma época formaram-se agregados sociais, cujos integrantes daquela coletividade passaram a derrubada das árvores, utilizadas como lenha ou para a construção de casas. Posterior ao desmatamento, deslumbrava-se o alto grau do teor fértil do solo, onde passou-se a cultivar o algodão, o arroz, o café, o feijão, o milho e o trigo.

Naquele povoado, todos naturalmente tinham as suas atribuições. Francisco Deliberador foi o primeiro motorista. O trajeto que ela percorria era entre Sertãoópolis e Paranaguá Paulista. Trazia em suas cargas gêneros alimentícios, assim como outros bens, afim de abastecer ou suprir o vilarejo.

Não existindo praticamente estradas, e as existentes eram por muitas vezes extremamente precárias, uma viagem entre Sertãoópolis e Paranaguá Paulista tinha uma duração de até três dias, face às adversidades climáticas.

Era também um homem de vocação cristã, cuja prática religiosa comprovou-se de maneira destacada quando ele levou a Londrina, um padre que rezou a primeira missa, em meio ainda às grandes florestas, dera-mando sobre ela e nos homens, a benção e a inspiração divina.

Como motorista, anos mais tarde, exatamente em 1930, Francisco adquiriu, juntamente com seu irmão Miguel, uma jardineira que fazia a linha Sertãoópolis Para-

naquela Paulista. Este tipo de transporte significou o mais importante meio de locomoção de Sertãoópolis, principalmente no sentido de trazer do Estado de São Paulo, os benefícios ainda não encontrados em Sertãoópolis, como mantimentos, vestuários, ferramentas e medicamentos.

No ano seguinte, em 30 de maio de 1931, casou-se com a Senhora Hermínia Manchete Deliberador. Deste feliz matrimônio, nasceram dois filhos, que foram chamados de Francisco Deliberador Neto, que já foi candidato a Prefeito Municipal de Sertãoópolis, e ex-Prefeito Municipal de Ibiporã (77/83), exercendo atualmente a Direção Geral do DETRAN- Departamento Estadual de Trânsito deste Estado, e Yolanda A. Deliberador. O casal viveu em Sertãoópolis, durante 44 anos.

Mesmo gostando de tudo que fazia, Francisco Deliberador foi obrigado, em 1948, a deixar de ser motorista, face a um acidente de que foi vítima, pois ficou impossibilitado para aquele tipo de atividade. Em seguida, resolveu partir para outro ramo de trabalho. Deste modo, passou para a atividade em três postos de gasolina, que adquiriu em Sertãoópolis, Londrina e posteriormente em Ibiporã.

Iniciando-se a década de 60, Francisco Deliberador, na condição de proprietário do posto existente em Ibiporã, passou a residir nesta cidade, afim de gerenciar os negócios. Em Ibiporã, com bem pouco tempo, teve, como aliás ocorrera em Sertãoópolis, inúmeros círculos de amizades. O relacionamento sólido a nível social que tinha sempre foi motivo de admiração e respeito, extraído-se deste seu comportamento de vida, muitos exemplos, lições de quem sempre soube amar a terra, tirando o alimento necessário para o sustento, sem agredir a natureza. Como esposo, fiel aos princípios da Igreja, sua conduta como pai, deu também uma educação aos filhos, ensinando-lhes as mais elementares virtudes que deve ter cada pessoa: a honestidade, vontade para o trabalho digno e o espírito humanístico.

Aspectos da vida de um homem, como as do Senhor Francisco Deliberador não devem e não são esquecidas por aqueles que tiveram a honra e o privilégio de desfrutar do seu calor humano e fraternal, de sua probidade e respeito para com os outros; mesmo depois do seu falecimento, ocorrido em Ibiporã, no dia 19 de março de 1976.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a apresentação do presente projeto de lei objetiva, sobretudo, procurar reconhecer, com esta justa homenagem, o pioneirismo e a dedicação do Senhor Francisco Deliberador a dois municípios, que aliás só tem conquistado o estágio desenvolvimentista que vivenciam nos

dias de hoje, graças à participação indispensável de fundadores destemidos como aquele Senhor, acontecidos no passado, talvez, mesmo diante de tanta ousadia e visão voltada para o futuro, não pudessem imaginar que os caminhos difíceis das estradas de leito natural que abriram, pudessem dar lugar a modernas rodovias, como a que liga Ibiporã-Sertãoópolis, que por certo receberá, a partir desta iniciativa, o nome de Rodovia Francisco Deliberador.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Afinal prevaleceu o bom senso. Após gestões que movemos na semana última, junto ao Ministério de Minas e Energia, e posteriormente à CAEB, podemos afirmar com segurança que está superado o problema pertinente ao Porto de Antonina, com a descarga de carvão energético que havia tido uma substancial redução na descarga.

Os nossos contatos em Brasília com o Doutor Sidônio Alves e posteriormente, por indicação dele, com o Doutor Luiz Felipe Azevedo, Presidente da CAEB, e logo em seguida com o Doutor Vicente Gomes, Diretor Comercial da CAEB, nós podemos afirmar que as preocupações dos trabalhadores do Porto de Antonina e da comunidade capelista, está diluída, e em função de um telex que recebemos hoje pela manhã do Doutor Vicente Gomes Pinto, que passamos a ler e posteriormente comentaremos. (Lê):

"Confirmando nosso entendimento telefônico, fineza transmitir povo de município Antonina, não haver nenhum propósito e intenção CAEB desativar entreposto naquele Porto. Redução, movimentação foi sazonal, decorrente armazenagem excessiva ocorrida, antecipando-se majoração preços carvão. Acreditamos até que em função estudos em andamento, viremos difundir uso carvão e seu aumento consumo, conseqüentemente." Assinado Vicente Gomes Pinto, Diretor Comercial da CAEB.

Tudo o que aconteceu foi em função, como diz no telex o Dr. Vicente Gomes Pinto que, armazenagem e estocagem de carvão para garantir o preço. E o que nos deixa muito à vontade para fazer esta afirmação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é o fato de que a CAEB irá baixar portaria no sentido de proibir aos consumidores que comprem carvão energético de locais fora de sua área de jurisdição. Isso significa que as indústrias de cimento de Rio Branco do Sul, etc. São obrigadas a comprar carvão do entreposto mais perto, no caso Antonina.

A intranquilidade que pairava sobre a comunidade capelista, no sentido de que esses consumidores comprassem carvão dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não existe mais. Além do mais, é notório que a CAEB está evidando estudos técnicos para aumentar o consumo de carvão, e conseqüentemente, aumentar a descarga de carvão vindo de outros Estados no Porto de Antonina.

Nós estamos tranqüilos conosco mesmo, pelo fato de termos advogado uma tese das mais justas para o Porto de Antonina. A supressão da descarga de carvão naquele Porto seria fatal, seria catastrófica para os trabalhadores do porto daquela cidade, porque eles não têm outra opção. O porto movimenta hoje exclusivamente a descarga de carvão energético que vem de outros Estados.

A desativação daquele porto significaria um colapso naquela cidade, e contra isso nos insurgimos, e com a resposta, com esse telex que nos foi enviado hoje, nós queremos agradecer, desta tribuna, ao Dr. Luiz Felipe Azevedo, Presidente da CAEB, ao Dr. Vicente Gomes Pinto, Diretor Comercial daquela empresa, bem como, as determinações do Diretor Geral de Mineração do Ministério de Minas e Energia, com quem estivemos em Brasília, Dr. Sidônio Naves, que foi quem motivou essa movimentação.

Senhor Presidente, muito obrigado.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, consulto às lideranças partidárias se desejam utilizar do seu horário. Inicialmente, o Partido Democrático Social. Com a palavra o Senhor Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, e Senhores Parlamentares. O Governo do PMDB no Paraná é um embuste e uma fraude, não só no campo de obras, mas também no campo do funcionalismo público.

Com a arrogância dos despreparados, os homens do atual Governo jactam-se de que fizeram muito pelo funcionalismo público; e afirmam que o reajuste do funcionalismo público foi superior a 1000% como que este dado pudesse expressar um bom governo, para com o sofrido setor do funcionalismo público. Pois bem, fui pegar um exemplo no funcionalismo público, verificar quanto ganhava uma professora. Uma professora a quem o PMDB prometeu à época da eleição, dar um sistema diferenciado de trabalho; dar a promoção e o salário pelo melhor nível e pela maior habilidade. E fui ver quanto ganhava uma professora de Licenciatura Plena, no regime de 22 horas, em fevereiro de 1983. E o seu vencimento, Senhores Parlamentares, era de Cr\$ 60.753 cruzeiros.

Hoje, com o último reajuste do Governo José Richa, percebe mensalmente Cr\$ 785.863 cruzeiros. Um reajuste, portanto, da ordem de 1.193%.

Mas, quanto subiu a arrecadação do Estado, no igual período? Para verificar se o PMDB está sendo bom ou mau patrão para com o funcionalismo público. Houve um crescimento da arrecadação estadual, na ordem de 2.900%, entre 1983 a 1985. E para onde foram os recursos do Governo, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, se nós sabemos que a dívida externa, outra mentira do PMDB, que na campanha afirmava que ia administrar com recursos, em cruzeiros e não em dólares, elevou-se no igual período, de 334 milhões de dólares para 670 milhões de dólares.

Isto é, o Governo do PMDB não é só sonolento, não é só um Governo que não faz obras, mas, também é um Governo que mente para o funcionalismo público; e mente para o próprio Paraná, quando eleva num período de dois anos e seis meses, em mais de 100%, o comprometimento e a dívida externa do Estado do Paraná.

Mas, não é só isto, Senhores Parlamentares, que é preciso ser analisado para chegar-se à conclusão, de que realmente o Governo do PMDB tem fraudado para com as esperanças populares.

Se houve uma elevação de 1.193% no aumento do funcionalismo público, vamos verificar qual foi o reajuste em média do I.P.T.U., do Imposto Territorial Urbano em Curitiba, para não pegar outros exemplos mais gritantes, como o de Colombo, que é um Município pobre, que é um Município onde mora a gente de camada mais simples e mais sofrida da região metropolitana de Curitiba.

O crescimento do imposto territorial e urbano em Curitiba, sob a administração do PMDB, foi da ordem de 2.200%. Vamos verificar os outros índices para ver se o PMDB deu reajuste ou se está sonhando mensalmente do professorado do Paraná aquilo que lhe é devido.

O custo da alimentação em Curitiba, no igual período de 83 a 85, creceu 2.579%; o custo do vestiário, 2.436%; o preço da gasolina, 1.612%; a passagem de ônibus, 1.500%; a correção monetária, de acordo com os índices da O.R.T.N. 1.597%.

E as taxas de segurança cobradas pelo Governo do Estado através do DETRAN, mais de 3.000%. As tarifas de energia, 1.400%; as tarifas telefônicas, 1.500%. Portanto, é de se afirmar que o Governo do PMDB no Paraná, que está além de elevar a inflação neste Estado; além de arrecadar mais 2.900%, devendo ao funcionalismo público e em especial ao professorado do nosso Estado, um reajuste que corresponda no mínimo a média da elevação do custo de vida em Curitiba, e do custo dos próprios serviços públicos ofertados pelo P.M.D.B., para que

assim possa ao menos dizer que não está roubando do funcionalismo público e do professorado aquilo que lhe é devido.

Esta denúncia faço, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, no momento em que o país inteiro se debate com a chamada trimestralidade dos salários.

Se nós já tínhamos uma defasagem do salário do funcionalismo público de uma maneira geral, da ordem de 29% comparativamente ao INPC, no último reajuste feito pelo Governo do Estado, levando em consideração os valores da inflação do mês de agosto e do mês de setembro, 14% e 9% no mês de setembro, nós chegamos à conclusão que, aquela defasagem verificada por ocasião do último reajuste do funcionalismo público que era da ordem de 40%, nestes dois meses, após o último reajuste, elevou-se para 63%. Por isto, apresentamos, por ocasião da Lei do Aumento, do funcionalismo público, um pedido, de abono trimestral, que a bancada do PMDB votou contra, alegando que, para tal não havia recursos! Ora! O que se verifica é que, a arrecadação tem subido mais que a taxa inflacionária do Estado do Paraná, e, em compensação, o que não sobe é o salário do funcionalismo público!

Por isto, vamos apelar, vamos solicitar, vamos pedir ao Governo do Estado que, atenda as reivindicações do funcionalismo e do professorado, cujos líderes estão anunciando um estado de greve, neste Estado, caso não ocorra a correção salarial devida; estão aí, as greves, o funcionalismo do setor da Saúde Pública já entrou em greve, contra a falta de cumprimento da palavra, por parte do PMDB, do Governo do Estado; e são os professores que, certamente, irão recorrer a esse caminho, caso o Governo do Estado não se sensibilize com a situação angustiante, dramática porque passa o professorado do nosso Estado!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Esta Presidência consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Esta Presidência consulta a Liderança do PDT, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Esta Presidência consulta a Liderança do PFL, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tem causado grande polêmica nesta Casa, o projeto de lei do Deputado Paulo Furiatti, que dispõe sobre o Zoneamento Agrícola e Implantação e Expansão de Áreas e Projetos, destinados à Produção de Álco-

ol e que dá outras providências.

Este projeto, lamentavelmente, não foi discutido nas Comissões Técnicas desta Casa; isto fez com que ele viesse, lamentavelmente, a Plenário, sem qualquer Parecer.

É lamentável que ocorram fatos desta natureza, quando se sabe que, é nas Comissões Técnicas que esta Casa tem realmente a oportunidade de debater sobre a validade de cada projeto de lei apresentado. Mas, nos últimos dias, chegou às minhas mãos um cartão, encaminhado pelo Senhor Secretário da Indústria e Comércio, que tem o seguinte teor:

"Encaminho-lhe o nosso Parecer a respeito do projeto de lei sobre Zoneamento Agrícola da Cana de Açúcar, que tramita nessa Assembléia. Acredito que referido Parecer possa contribuir para uma melhor análise da questão, por parte de Vossa Excelência."

E o Parecer, assinado pelo Senhor Judas Tadeu Grassi Mendes, Coordenador de Programas de Microdestilarias tem alguns tópicos que valem a pena ser ressaltados, neste Plenário. Num dos seus parágrafos ele diz o seguinte:

"Portanto, não há necessidade de um projeto de lei sobre o Zoneamento da Cana de Açúcar, uma vez que, no Paraná esta região já está definida como a de Arenito Caiuá; desse modo, o Paraná necessita é de um projeto de lei que disponha sobre a localização dos projetos agrícolas e industriais, em área com os solos derivados do Arenito Caiuá".

E na parte final diz o seguinte, como conclusão: "Não faz sentido o zoneamento agrícola, pois, numa economia de propriedade privada e de livre iniciativa, o produtor agrícola individual, planta a cultura que apresenta os melhores resultados econômicos. Portanto, este é um problema de mercado."

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é muito difícil se entender o porque de um projeto apresentado por um Deputado do PMDB, ser contestado por um Secretário também do PMDB, um Secretário que de alguma forma está ingerindo nos trabalhos desta Casa. Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estou apresentando no dia de hoje, um requerimento convocando o Senhor Secretário de Indústria e Comércio para que ele aqui compareça, neste Plenário, e venha tecer comentários e nos esclarecer sobre este projeto de lei.

O Sr. Paulo Furiatti - Concede um aparte Deputado? (Assentimento).

Nobre Deputado, a sua ação me parece das mais significativas para o Parlamento. Visto que, apresentamos um projeto de lei que regula a expansão da cana e dos projetos de produção de álcool - tanto de macro como de microdestilaria. Como Deputado do

PMDB, não fomos convidados sequer para discutir pessoalmente isso com o Secretário de Indústria e Comércio. Mas, recebemos um texto frio e escrito da Secretaria, conforme Vossa Excelência já tem conhecimento, das contestações generalizadas e que não permitem o aprofundamento. Longe de nós queremos apresentar um projeto que seja inviável ou que seja importante para a população do Paraná. Estamos inclusive dispostos a abrir mão de qualquer tipo de projeto, desde que hajam conclusões significativas de que isto não é bom para a população.

E já que houve uma intromissão da Secretaria da Indústria e do Comércio - via Deputado - solicitando, entrelinhas, a reprovação do projeto, que o Secretário venha a esta Casa e se proponha a debater. Quem sabe ele terá a maior razão possível na discussão e nós até o atenderemos. Mas isso precisa ficar muito bem claro e eu quero de antemão dizer que parabeno Vossa Excelência por essa iniciativa, que é das mais meritórias neste novo Brasil que estamos começando a criar.

O SR. IVAN GUBERT - Eu agradeço o aparte, nobre Deputado, e tenho certeza que os Deputados presentes nesta Casa, aprovarão, ainda hoje, essa convocação do Secretário de Indústria e Comércio.

Gostaria também hoje de aqui fazer alguns comentários a respeito de um tema que já foi noticiado na imprensa, denunciado pelo Deputado Antônio Belinati pela televisão, que se refere ao que consta no argumento de campanha II, da Fundação Pedroso Horta do PMDB.

Nos argumentos de campanha onde se tece os mais diversos comentários sobre o candidato do PMDB e sobre os outros candidatos, inclusive dizendo que Lerner usurpa os projetos alheios. Na parte inferior da segunda página onde se lê: O que é "argumento de campanha", diz o seguinte:

"Argumento de campanha já é o resultado do trabalho de mais de cento e cinquenta pessoas que integram os trinta e cinco grupos de trabalho da Fundação Pedroso Horta, encarregado das propostas de programa para a Prefeitura Municipal de Curitiba, na campanha vitoriosa de Requião e Adhail. Aí nós temos relacionados os grupos, dizendo o que cada grupo faz. Mas o que é muito importante se observar, ao lado temos diversos telefones. Alguns desses telefones que nós procuramos checar onde funcionavam são dos seguintes locais: fone 222-05-40 é o telefone do Grupo Administrativo Setorial da Secretaria da Justiça; 234-12-11 é o telefone da SUREHMA; 223-27-33 é da Fundação Cultural de Curitiba; 252-78-44 da MINEROPAR; 234-25-22 é do IPPUC; 224-18-64 é também do gabinete da SUREHMA.

Senhor Presidente e Senhores Deputa-

dos, esta Casa, há dois anos atrás, aprovou requerimento de diversos Deputados do PMDB constituindo uma CPI, chamada CPI da Corrupção. Eu gostaria de saber se esta Casa, agora, em função destes fatos, já denunciados publicamente, também irá se posicionar. Mas antes que nós façamos qualquer requerimento neste sentido, eu tenho certeza que a Liderança do PMDB, os Deputados do PMDB comparecerão à tribuna para dar esclarecimentos sobre o uso indevido desses telefones, de vez que são telefones públicos usados na campanha de Requião-Adhail pró-Prefeitura de Curitiba.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde. - Inclua-se na Ordem do Dia 01/10/85.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Fiori Luiz e Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Mensagem Governamental de n. 186/85 do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para que o Sr. Vice-Governador do Estado, possa se afastar do País nos dias 1.º a 4 de outubro próximo com destino ao Paraguai. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Mensagem n. 187/85 do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País, no dia 9 de outubro próximo, com destino ao Paraguai. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Mensagem n. 188/85 do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País, no dia 29 de novembro próximo, com destino à Argentina. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 152/85, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

O SR. TRAJANO BASTOS – (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que esclareça o Plenário de que se trata a matéria.

O SR. PRESIDENTE – (Nilso Sguarezi) Projeto n. 152/85 do Deputado Tadeu Lúcio Machado que declara de Utilidade Pública o Centro Paranaense de Umbanda com sede e foro nesta Capital. Aprovado o requerimento.

Atendendo a preferência, está

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 152/85, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO PARANAENSE DE UMBANDA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. – Aprovado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Questão de Ordem.

Solicito verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI – Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE – (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que faça a chamada nominal nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE – (Nilso Sguarezi) Responderam à chamada (vinte e sete) Srs. Deputados. Não há quorum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

A Mesa suspende o prazo de

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei Complementar n. 85/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que dá nova redação ao Artigo... 1.º da Lei Complementar n. 16, de 09/07/82, mantido seu Parágrafo Único, conforme específica. (Promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.R.H., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

A suspensão do prazo tem por motivo sobre o mesmo existir um requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, autor do projeto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar n. 85/84, e a reinclusão do mesmo na Ordem do Dia de 09 de outubro do corrente.

O SR. PRESIDENTE – (Nilso Sguarezi) Em consequência, permanece o prazo de 3ª Discussão do referido projeto de lei.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 25/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 65/85), que objetiva adotar providências legais no sentido de que o Conselho Paranaense de Turismo, passe, com nova composição e melhor definição de competência, a integrar a estrutura da Secretaria da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Visa, ainda, criação do Conselho de Administração da PARANATUR, bem como alterar dispositivos que especifica, da Lei n. 5.948, de 27/05/69. Com PARECER

FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 42/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 80/85), que objetiva criação do FUNDO DE APOIO AO DESPORTO AMADOR-FADA, com a finalidade de prover recursos para o fomento do Desporto Amador, através da Coordenadoria do Esporte, da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – SECE. COM PARECER FAVORÁVEL E EMENDA SUPRESSIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 79/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dá nova redação ao Art. 21 e seu Parágrafo Único, da Lei n. 7.424, de 17/12/80. (Servidor inativo, poderá ter seus proventos revistos, desde que tenha exercido ou exerça cargo em comissão, na forma que especifica). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 82/85 (Mensagem n. 115/85 – ex-Proposição n. 104/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 25/04/85, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, com municípios que especifica, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos referidos municípios. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 83/85 (Mensagem n. 122/85 – ex-Proposição n. 108/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 05/06/85 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras públicas nos referidos municípios. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 84/85 (Mensagem n. 75/85 – ex-Proposição n. 74/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 63/84, celebrado em 27/12/83, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura, do Interior, com a TELEPAR, o Município de Curitiba e o IPPUC, objetivando execução da 1ª etapa do Projeto 07/10/76, UNIBASE. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n. 85/85 (Mensagem n. 85/85 – ex-Proposição n. 77/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 8.º Termo Aditivo de 13/03/85, ao Convênio celebrado em 20/03/81 entre o Estado do Paraná a através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, assim como o 11.º Termo Aditivo de 13/06/85, ao Convênio celebrado em 07/10/67 com os objetivos que especifica. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 86/85 (Mensagem n. 105/85 - ex-Proposição n. 91/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, n. 62/84, celebrado em 26/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão-de-Obra, objetivando dar continuidade ao projeto de preparação de mão-de-obra à população de baixa renda. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 87/85 (Mensagem n. 119/85 - ex-Proposição n. 11/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 014/84, celebrado em 16/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de suas Secretarias de Transportes e de Obras e Meio Ambiente e a PORTOBRÁS, com objetivo que especifica. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 88/85 (Mensagem n. 107/85 - ex-Proposição n.98/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 4.º Termo Aditivo e de Re-Ratificação de 30/12/84, aos Convênios de Cooperação Técnica e de Operacionalização, celebrados em 05/06/79 e em 03/11/80, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e EMBRATUR, com interveniência da Secretaria da Cultura e Esporte, com objetivo que especifica. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 89/85 (Mensagem n. 109/85 - ex-Proposição n. 100/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n. 220/83, de 13/06/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guarapuava, objetivando a execução do PROSAFRAS no exercício de 1983. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 90/85 (Mensagem n. 121/85 - ex-Proposição n. 109/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 07/06/85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e os Municípios, com participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 91/85 (Mensagem n. 104/85 - ex-Proposição n. 90/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Retificação e Ratificação celebrados pelo Estado do Paraná - Secretaria da Indústria e Comércio - com as partes, datas, objetivos que especifica. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 92/85 (Mensagem n. 68/85 - ex-Proposição n. 68/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3.º Termo de Re-Retificação de 30/12/83 aos Convênios de Cooperação Técnica e Operacionalização, em 05/06/79 e 03/11/80, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e EMBRATUR, com interveniência da Secretaria da Cultura e Esportes, com objetivos que especifica. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 93/85 (Mensagem n. 103/85 - ex-Proposição n. 93/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 01/04/85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 94/85 (Mensagem n. 112/85 - ex-Proposição n. 101/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e o Município de Colombo, através da Secretaria da Agricultura com as partes, datas e objetivos, conforme especifica. Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Vilela de Magalhães, ocorrido no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lourdes de Paulo, ocorrido no dia 20 de setembro do corrente ano, no Município de Cruzeiro do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Leoclides Macedo, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 10.º aniversário da Televisão Cultura Canal 8, no Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica da Rodovia BR-277 à Ponte Internacional da Fraternidade, no Município de Foz do Iguaçu. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Presidente da República, Ministros da Justiça e do Trabalho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e Líderes das Bancadas com

assento ao Congresso Nacional, objetivando providências para a decisão das causas acumuladas na Justiça Trabalhista do País. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a designação de um Deputado de cada partido político com representação nesta Casa, para representar a mesma nas solenidades oficiais e festividades alusivas ao 37.º aniversário do Município de Campo Mourão, sem ônus para a Casa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o destacamento de mais um policial para o Distrito de Tamarana, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a aquisição de uma viatura policial para o Distrito de Paiquerê, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando a construção de cadeia pública para a Distrito de Lerroville, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de cadeia pública e aquisição de uma viatura policial para o Distrito de Warta, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando construção de cadeia pública, aquisição de equipamentos, móveis e utensílios para a cadeia pública, bem como aquisição de uma viatura policial para o Distrito de São Luiz, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de cadeia pública, destacamento de um policial, aquisição de uma viatura policial, bem como aquisição de móveis e utensílios para a Delegacia de Polícia no Distrito de Maravilha, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando benefícios para o Distrito de Iberê, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando benefícios para o Distrito de Guaravera, no Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Junior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário da Televisão Cultural, Canal 8, do Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia Nacional do Radialista. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público no Armazém do Sr. Aristeu Juncos Pepe, no Núcleo Habitacional Santa Paula, Município de Ponta Grossa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma quadra esportiva para a Escola Estadual Castelo Branco, no Distrito Administrativo de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, visando reformas gerais na Escola Estadual Castelo Branco, no Distrito de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 80.º aniversário da S.A. Moinho Santista Industriais Gerais, no Município de Santos, Estado de São Paulo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo para que seja revista a tabela de vencimentos dos Agentes do FUNRURAL e INPS em nosso Estado. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a construção de uma cancha de esportes na Escola Vila Lobos, no Distrito de Laranjal, Município de Palmital. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo a revisão de indeferimento aposto no processo GTE — FAS n. 6028—9/85 em julho de 1985. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretária da Educação e Secretários do Planejamento e das Finanças, encarecendo que na suplementação orçamentária daquelas Secretarias, seja incluído a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná — CEU". — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia Nacional da Secretária. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar-Social, visando a doação de um gabinete dentário para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Campina da Lagoa. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a implantação de 2.º grau na Escola Estadual Castelo Branco, no Distrito de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um posto de telefonia no Distrito Administrativo de Arapuã, Município de Janiópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de materiais de limpeza para o setor educacional do Município de Peabiru. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual Professor João Faria da Costa — Ens. de 1.º e 2.º Graus, no Município de Nova Cantu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela inauguração da sede reformada da UPE — União Paranaense dos Estudantes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações quanto à construção de ponte na PR - 239.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo orientação da análise da Mensagem Governamental n.º 155/85. — **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Engenheiro Chefe do 9.º Distrito Rodoviário Federal — DNER, visando seja dado acesso da segunda pista de rolamento ora em construção na Rodovia BR-376, ao Posto Panorâmico Vila Velha. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Administração e Diretor Superintendente do IPÊ, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo no Município de Ortigueira. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, objetivando a instalação de um Posto Telefônico na localidade de Fazenda Fortaleza, no Município de Tibagi. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR a doação de dois bebedouros e um congelador para a Escola Estadual Arnaldo Coneglian — Ens.

de 1.º Grau, no Município de Barbosa Ferraz. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo policiamento para o Distrito de Borbônia, no Município de Barbosa Ferraz. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPÊ, por intermédio da Secretaria da Administração, visando a instalação de farmácia do mesmo no Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPÊ, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo agilização do processo de aposentadoria da Sra. Tereza dos Passos, protocolos 23772/84 e 23773/84 de 28 de dezembro de 1984. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, visando a transformação de Rancho Alegre, no Município de Goioerê, em Distrito Judiciário, na próxima organização judiciária do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Jornal Gazeta Mercantil, Sucursal de Curitiba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o comparecimento do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para debater a respeito do Projeto de Lei n.º 11/85, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti. — **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 01, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — dos projetos de lei n.ºs 236/84 e 241/84.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — dos projetos de lei n.ºs 11/85 e 152/85.

3.ª DISCUSSÃO — do projeto de Lei Complementar n.º 85/84.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 25/85, 42/85 e 79/85, e dos Projetos de Resolução n.ºs 82/85 à 94/85.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/85.

DISCUSSÃO ÚNICA — Do requerimento de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, que solicita 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde a partir de 26/09/85, conforme incluso Laudo Médico n.º 26/85.

Levanta-se a sessão.